

Veículo: Tribuna da Bahia Online	Caderno: Economia
Data: 29/06/2021	Página: --



Nota Premiada Bahia sorteia um milhão de reais

São mais de 614 mil participantes inscritos na campanha

Tribuna da Bahia, Salvador

29/06/2021 08:21 | Atualizado há 1 hora e 21 minutos



Foto: Elói Corrêa / GOV Ba

Falta pouco para a Nota Premiada Bahia tornar milionário mais um de seus participantes. Nesta quarta-feira (30), a campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado vai realizar o sorteio especial que contemplará um único ganhador com R\$ 1 milhão. Com um número recorde de bilhetes, que somam 259,4 milhões acumulados em todas as compras realizadas entre 1º de março de 2019 e 31 de maio deste ano, período válido para esta premiação, o sorteio tem gerado grande expectativa nas redes sociais.

São mais de 614 mil participantes inscritos na campanha e muitos deles vêm brincando com a perspectiva de se tornarem milionários da noite para o dia. “Eita que eu não vejo a hora de chegar quarta, se eu não ganhar vou pedir dinheiro emprestado para quem ganhou, já ta avisado”, registrou @fontesadrioleoliveira. Vale até associar o desejo de levar o prêmio com as recomendações sanitárias por conta da pandemia, e de quebra ainda rimar: “E eu aguardando em casa sem aglomeração, esperando o milhão”, escreveu @joelma.santana.

O resultado do sorteio poderá ser consultado a partir da próxima quarta-feira, no site da campanha, em “Sorteios” => “Relação de Ganhadores” e também nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia (Sefaz), responsável pela campanha: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefazba no Twitter e @sefaz.govba no Facebook.

O coordenador de Educação Fiscal da Sefaz-Ba, André Luiz Aguiar, explica que quem perdeu a chance de concorrer neste sorteio especial pode se cadastrar ainda neste mês para concorrer no sorteio mensal de julho e também no próximo sorteio especial, ainda sem data definida. Participar da campanha é muito fácil. Basta se cadastrar uma única vez no site da campanha e, a partir desta etapa, inserir o CPF na nota fiscal todas as vezes que realizar compras em estabelecimentos baianos.

Solidariedade

Um atrativo extra da Nota Premiada é a conexão entre sorte e solidariedade, já que mesmo sem ser sorteado é possível apoiar o trabalho social desenvolvido por instituições filantrópicas que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade: o participante, no ato do cadastro, escolhe até duas entidades, uma da área social e outra da área de saúde, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas. Estas notas então se transformam em recursos transferidos às instituições pelo governo baiano.

Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.678 pessoas, das quais 1.069 moram na capital, 608 no interior e uma fora do estado. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no Sua Nota é um Show de Solidariedade, que hoje somam 494. A campanha já destinou R\$ 40,8 milhões para estas entidades desde seu início, considerando o último repasse realizado neste mês de junho.

Fonte: Ascom/Sefaz



CAPA ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA](http://www.bahiaja.com.br/capa)) **ÚLTIMAS NOTÍCIAS** ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTÍCIAS](http://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias))
MIUDINHAS ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS](http://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas))
COLONISTAS ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLONISTAS](http://www.bahiaja.com.br/colunistas)) **ARTIGOS** ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS](http://www.bahiaja.com.br/artigos))
FALE CONOSCO ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO](http://www.bahiaja.com.br/faleconosco))

terça-feira, 29 de junho de 2021

ECONOMIA ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](http://www.bahiaja.com.br/economia))

CONTAGEM REGRESSIVA PARA O SORTEIO DO MILHÃO DA NOTA PREMIADA BAHIA

Nesta quarta-feira (30), a campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado da Bahia realizará o sorteio especial que vai contemplar um único ganhador com R\$ 1 milhão.

Ascom Sefaz , Salvador | 28/06/2021 às 17:02

Falta pouco para a Nota Premiada Bahia tornar milionário mais um de seus participantes . Nesta quarta-feira (30), a campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado da Bahia vai realizar o sorteio especial que contemplará um único ganhador com R\$ 1 milhão. Com um número recorde de bilhetes, que somam 259,4 milhões acumulados em todas as compras realizadas entre 1º de março de 2019 e 31 de maio deste ano, período válido para esta premiação, o sorteio tem gerado grande expectativa nas redes sociais.

São mais de 614 mil participantes inscritos na campanha, e muitos deles vêm brincando com a perspectiva de se tornarem milionários da noite para o dia. "Eita que eu não vejo a hora de chegar quarta, se eu não ganhar vou pedir dinheiro emprestado para quem ganhou, já tá avisado", registrou @fontesadrioleoliveira. Vale até associar o desejo de levar o prêmio com as recomendações sanitárias por conta da pandemia, e de quebra ainda rimar: "E eu aguardando em casa sem aglomeração, esperando o milhão", escreveu @joelma.santana.

O resultado do sorteio poderá ser consultado a partir da próxima quarta-feira, no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br, em "Sorteios" => "Relação de Ganhadores" e também nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia, responsável pela campanha: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefazba no Twitter e @sefaz.govba no Facebook.

O coordenador de Educação Fiscal da Sefaz-Ba, André Luiz Aguiar, explica que quem perdeu a chance de concorrer neste sorteio especial pode se cadastrar ainda neste mês para concorrer no sorteio mensal de julho e também no próximo sorteio especial, ainda sem data definida. Participar da campanha é muito fácil. Basta se cadastrar uma única vez no site da campanha e, a partir desta etapa, inserir o CPF na nota fiscal todas as vezes que realizar compras em estabelecimentos baianos.

Solidariedade

Um atrativo extra da Nota Premiada é a conexão entre sorte e solidariedade, já que mesmo sem ser sorteado é possível apoiar o trabalho social desenvolvido por instituições filantrópicas que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade: o participante, no ato do cadastro, escolhe até duas entidades, uma da área social e outra da área de saúde, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas. Estas notas então se transformam em recursos transferidos às instituições pelo governo baiano.

Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.678 pessoas, das quais 1.069 moram na capital, 608 no interior e uma fora do estado. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no Sua Nota é um Show de Solidariedade, que hoje somam 494. A campanha já destinou R\$ 40,8 milhões para estas entidades desde seu início, considerando o último repasse realizado neste mês de junho.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 28/06/2021	



Contagem regressiva para o sorteio do milhão da Nota Premiada Bahia

28 junho 2021



Foto: Elói Corrêa/GOVBA

Falta pouco para a Nota Premiada Bahia tornar milionário mais um de seus participantes. Nesta quarta-feira (30), a campanha de cidadania fiscal do Governo do Estado vai realizar o sorteio especial que contemplará um único ganhador com R\$ 1 milhão. Com um número recorde de bilhetes, que somam 259,4 milhões acumulados em todas as compras realizadas entre 1º de março de 2019 e 31 de maio deste ano, período válido para esta premiação, o sorteio tem gerado grande expectativa nas redes sociais.

São mais de 614 mil participantes inscritos na campanha e muitos deles vêm brincando com a perspectiva de se tornarem milionários da noite para o dia. “Eita que eu não vejo a hora de chegar quarta, se eu não ganhar vou pedir dinheiro emprestado para quem ganhou, já ta avisado”, registrou @fontesadrieleoliveira. Vale até associar o desejo de levar o prêmio com as recomendações sanitárias por conta da pandemia, e de quebra ainda rimar: “E eu aguardando em casa sem aglomeração, esperando o milhão”, escreveu @joelma.santtana.

O resultado do sorteio poderá ser consultado a partir da próxima quarta-feira, no [site da campanha](#), em “Sorteios” => “Relação de Ganhadores” e também nas redes sociais da Secretaria da Fazenda da Bahia (Sefaz), responsável pela campanha: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefazba no Twitter e @sefaz.govba no Facebook.

O coordenador de Educação Fiscal da Sefaz-Ba, André Luiz Aguiar, explica que quem perdeu a chance de concorrer neste sorteio especial pode se cadastrar ainda neste mês para concorrer no sorteio mensal de julho e também no próximo sorteio especial, ainda sem data definida. Participar da campanha é muito fácil. Basta se cadastrar uma única vez no site da campanha e, a partir desta etapa, inserir o CPF na nota fiscal todas as vezes que realizar compras em estabelecimentos baianos.

Solidariedade

Um atrativo extra da Nota Premiada é a conexão entre sorte e solidariedade, já que mesmo sem ser sorteado é possível apoiar o trabalho social desenvolvido por instituições filantrópicas que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade: o participante, no ato do cadastro, escolhe até duas entidades, uma da área social e outra da área de saúde, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas. Estas notas então se transformam em recursos transferidos às instituições pelo governo baiano.

Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.678 pessoas, das quais 1.069 moram na capital, 608 no interior e uma fora do estado. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no Sua Nota é um Show de Solidariedade, que hoje somam 494. A campanha já destinou R\$ 40,8 milhões para estas entidades desde seu início, considerando o último repasse realizado neste mês de junho.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

COMISSÃO Audiência pública discutiu os sucessivos reajustes do setor este ano e a presença de cartéis de postos, que impactam a economia e o custo de vida

Senado debate formação de preços de combustíveis

DA REDAÇÃO

O alto preço dos combustíveis praticado no Brasil e a presença de cartéis de postos, que impactam na economia e no custo de vida, são questões que nortearam a audiência pública interativa realizada ontem pelo Senado Federal, por meio da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

O presidente da comissão, o senador Reguffe (Podemos-DF) destacou que desde o início do ano já são seis reajustes no preço da gasolina. “É preciso que isso seja discutido pelo Parlamento, as causas disso, e que se procurem saídas. Quando era deputado distrital fiz uma representação no Cade sobre indícios de cartel no preço dos combustíveis”, afirmou.

O senador cobrou da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a disponibi-

lização de um aplicativo que permita ao consumidor monitorar os preços dos combustíveis nos postos, ampliando a transparência no processo de comercialização e combatendo a prática criminosa dos cartéis.

O superintendente de defesa da concorrência da Agência Nacional do Petróleo, Bruno Caselli, ressaltou que a ANP coopera com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) monitorando os indícios de

cartel. Já o diretor de assuntos institucionais e jurídicos da Federação Única dos Petroleiros, Mário Dal Zot, argumentou que a construção de novas refinarias no Brasil aumentaria a concorrência.

Mercado internacional Debatedores da audiência pública ressaltaram também que, como a Petrobras está sujeita ao regime de liberdade de preços, os combustíveis sofrem influência do mercado internacional. O gerente geral de marketing da Petrobras, Sandro Paes Barreto, afirmou que, como a empresa vende commodities, os preços estão sujeitos aos fluxos internacionais.

O senador Reguffe observa que o preço dos combustíveis no Brasil e a política de reajustes adotada pela Petrobras têm despertado inúmeros debates e reações na sociedade, pois o custo da gasolina, do diesel, do gás de cozinha (GLP) e do etanol tem grande impacto na economia real e na vida das pessoas. “São constantes as denúncias de cartéis de postos de combustíveis em inúmeras cidades, com impactos sérios na qualidade, segurança e no preço dos combustíveis vendidos ao consumidor final”, concluiu Reguffe.



TV Senado / Reprodução

Reunião abordou a disparada de preço nos combustíveis derivados do petróleo

TESOURO NACIONAL

Dívida Pública sobe em maio para R\$ 5,17 trilhões

AGÊNCIA BRASIL

Depois de uma queda expressiva em abril, a Dívida Pública Federal (DPF) voltou a subir em maio. Segundo números divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 5,089 trilhões em abril para R\$ 5,171 trilhões em maio, com alta de 1,61%. O Tesouro prevê que a DPF continuará subindo nos próximos meses. Segundo a nova versão do Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentada no fim de maio, o estoque da DPF deve encerrar 2021 entre R\$ 5,5 trilhões e R\$ 5,8 trilhões.

A dívida pública mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) subiu 1,82%, passando de R\$ 4,852 trilhões em abril para R\$ 4,940 trilhões em maio. No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 58,3 bilhões em títulos a mais do que emitiu. Também houve a apropriação de

R\$ 29,88 bilhões em juros. Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública.

Em maio, o Tesouro emitiu R\$ 156,8 bilhões, acima de R\$ 150 bilhões pelo nono mês consecutivo. Os resgates somaram R\$ 98,8 bilhões, impulsionados principalmente pela concentração de vencimentos de títulos vinculados à inflação. Esses vencimentos contribuíram para segurar temporariamente a alta da dívida pública.

A dívida pública federal externa (DPFe) caiu 2,64%, passando de R\$ 237 bilhões em abril para R\$ 230,75 bilhões em maio. Além da queda de 3,17% do dólar no mês passado, houve o vencimento de R\$ 567 milhões de títulos em dólar que circulavam internacionalmente.

INDÚSTRIA

Confiança de empresários cresceu em 29 de 30 áreas

ANTÔNIO CLARET GUERRA

Agência Brasil, Belo Horizonte

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) cresceu em 29 dos 30 setores industriais avaliados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). A única queda ocorreu em Outros equipamentos de transporte (-1,1 ponto), que, mesmo assim, continua acima da linha de corte de 50 pontos.

De acordo com o levantamento divulgado ontem pela CNI, os setores com as maiores altas de confiança foram: Máquinas e materiais elétricos (7,9 pontos); Móveis (6,6 pontos); e Produtos de madeira (6,4). Os setores menos confiantes são Serviços especializados para a construção (55,8), Obras de infraestrutura (57), Produtos de limpeza, Perfumaria e Higiene pessoal (57), Calçados e suas partes (57,3) e Outros equipamentos de

transporte (57,6).

O Icei varia de 0 a 100 pontos. Valores acima de 50 pontos indicam confiança do empresário e quanto mais acima de 50 pontos, maior e mais disseminada é a confiança. Valores abaixo de 50 pontos indicam falta de confiança, e quanto mais abaixo de 50 pontos, maior e mais disseminada é a falta de confiança.

“Essa consolidação de uma confiança mais alta, disseminada por toda a indústria, é importante, pois aponta para um segundo semestre positivo. Empresários confiantes tendem a produzir, contratar e investir mais”, explica o gerente de análise econômica Marcelo Azevedo. Foram pesquisadas em todo o país 2.397 empresas, sendo 943 de pequeno porte, 870 de médio porte e 584 de grande porte. O período de coleta foi de 1º a 14 de junho de 2021.

IPEA

Pandemia ainda impacta mercado de trabalho

CRISTINA ÍNDIO DO BRASIL

Agência Brasil, Rio de Janeiro

A melhora da atividade econômica e o crescimento da população ocupada não foram suficientes para reduzir o impacto provocado pela pandemia da Covid-19 no mercado de trabalho, que segue com alta no desemprego, subocupação e desalento. A avaliação faz parte da análise do desempenho recente do mercado de trabalho e perspectivas para 2021

apresentado ontem, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, em março, o estudo mostra que a taxa de desocupação ficou em 15,1%, 2,3 pontos percentuais acima do resultado do mesmo período do ano anterior. O crescimento do contingente de desalentados também indica que o mercado de trabalho não se recuperou.

OFERTA PERMANENTE

ANP assina contratos de 18 blocos arrematados

ANA CRISTINA CAMPOS

Agência Brasil, Rio de Janeiro

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realizou ontem a cerimônia de assinatura dos contratos das 18 áreas arrematadas no 2º Ciclo da Oferta Permanente, sendo 17 blocos exploratórios e um com acumulações marginais.

No total, foram sete empresas signatárias: Shell Brasil Petróleo Ltda., Eneva

S.A., Enauta Energia S.A., Imetame Energia Ltda., Energy Paranã Ltda., Potiguar E&P S.A. e Petroborn Óleo e Gás S.A.

A sessão pública de ofertas do 2º Ciclo da Oferta Permanente ocorreu no dia 4 de dezembro do ano passado. Segundo a ANP, no certame foram arrecadados R\$ 56,7 milhões em bônus de assinatura e as áreas arrematadas irão gerar investimentos exploratórios mínimos da ordem de R\$ 160 milhões.



ICB: um novo olhar a serviço da saúde e inclusão social



Divulgação

HELIANA DINIZ

Presidente do Instituto de Cegos da Bahia

Não há dúvidas de que a pandemia afetou economicamente diversos setores, mas, para as instituições filantrópicas, continuar com seu escopo de atuação intacto, mesmo com a redução de arrecadações de doações e do convênio com o SUS, tornou-se uma tarefa hercúlea.

Como presidente, desde 2014, do Instituto de Cegos da Bahia, faço parte de uma equipe incansável, que, mesmo diante das incertezas de uma pandemia, buscou, com perseverança, criatividade e solidariedade, não só manter o trabalho realizado como também ampliar a quantidade de atendimentos a pessoas que já estavam na fila de espera, ou que passaram a precisar dos serviços prestados por ela.

Desde 1933, o ICB vem escrevendo sua história na capital baiana ao transformar a vida de milhares de pessoas com deficiência visual. A instituição desempenha a missão de acolher, cuidar, orientar e incluir na sociedade as pessoas cegas ou com baixa visão de Salvador e interior do estado, prestando atendimento totalmente gratuito nas áreas de saúde, educação e assistência social. Na sede de seis andares no bairro do Barbalho, uma equipe de mais de 100 profissionais envolvidos em diversas áreas, e os mais de 11 mil procedimentos realizados mensalmente, não deixam dúvidas de que essa obra tem grande importância para a causa da deficiência visual e da inclusão social dessas pessoas.

Com unidades como o CIP – Centro de Intervenção Precoce, o CAT – Centro de Apoio Terapêutico, e o CMO – Centro Médico Oftalmológico, a entidade sem fins lucrativos é referência em prevenção, diagnóstico e tratamentos associados à cegueira e à baixa visão de crianças, adultos e idosos, em qualquer idade. Dentro dessa unidade própria do ICB funcionam, ainda, o CAEE – Centro de Atendimento Educacional Especializado, que conta com atividades, como aulas de braille, música e esportes, e o CTS – Centro de Tecnologia e Serviços, com aulas de informática e inclusão digital. É uma rede de profissionais completa para proporcionar à pessoa com deficiência visual, de qualquer idade, o melhor atendimento possível.

Mas como driblar os desafios econômicos impostos pela pandemia? Lançamos, então, uma nova campanha institucional chamada “Sua Doação Vale um Novo Futuro”.

Em vídeos e peças publicitárias, três usuários do ICB, além de uma de nossas doadoras mensais, compartilham com o público, como suas histórias de vida se mesclam com a do instituto. É contando as histórias de superação dessas pessoas que o ICB reforça a importância da continuidade de seu trabalho.

Convidamos todos para assistir e se emocionar junto conosco, conferindo a campanha nas redes sociais e site do Instituto de Cegos da Bahia. Sua doação, qualquer que seja, vale um novo futuro por aqui!

Made in Bahia - Publicada às terças-feiras, a coluna traz relatos de empresários baianos

ECONOMIA

Endividamento das famílias bate novo recorde, diz BC

PESQUISA A crise econômica trazida pela pandemia fez o endividamento das famílias bater novo recorde no Brasil. Dados divulgados ontem pelo Banco Central mostram que, em março, o endividamento das famílias com o sistema financeiro chegou aos 58%. Este é o maior percentual da série histórica, iniciada em janeiro de 2005.

O cálculo do BC leva em conta o total das dívidas bancárias dividido pela renda das famílias no período de 12 meses. Como incorpora dados da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (Pnad) contínua e da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), ambas do IBGE, o percentual possui certa defasagem. Por isso, o resultado divulgado ontem é de

março.

Se forem descontadas as dívidas imobiliárias – que abarcam montante considerável da renda das famílias –, ainda assim o endividamento ficou em níveis elevados, de 35,7% em março. O percentual também é recorde para a série histórica.

Em função da pandemia, muitos brasileiros têm tido dificuldades para fechar as contas. Uma consequência é a procura maior por crédito, com consequente aumento do endividamento. Em março do ano passado – início da pandemia –, o endividamento total das famílias estava em 49,4%, percentual 8,6 pontos menor que em março deste ano.

Os dados do BC mostram ainda maiores dificuldades

DÍVIDAS

35%

da renda mensal das famílias ficou comprometida com pagamento de empréstimos e financiamentos bancários em março deste ano

347,5

bilhões foram concedidos pelos bancos nas operações de crédito livre

178,6

bilhões foram concedidos em crédito para pessoas jurídicas

O crédito livre é aquele em que os bancos têm autonomia para emprestar o dinheiro captado no mercado e definir os juros cobrados aos clientes. Já o crédito direcionado tem regras definidas pelo governo, e é destinado aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e microcrédito.

Em maio, o saldo das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) alcançou R\$ 4,2 trilhões, o que configura aumento de 1,2% no mês, “com crescimento tanto na carteira de pessoas jurídicas quanto na de pessoas físicas”, informa o BC.

De acordo com o BC, em 12 meses, o crescimento da carteira total (saldo de operações de crédito) acelerou de 15,1%, em abril, para 16,1%, em maio. No caso de pessoas físicas, observou-se uma variação de 14,5% para 16,5% nas operações de crédito, enquanto a de pessoas jurídicas permaneceu em desaceleração, de 16,0% para 15,7%.

para as famílias pagarem obrigações mensais de empréstimos e financiamentos. O comprometimento da renda mensal com dívidas ficou em 30,5% em março, acima dos 30,0% de 2020. Se o financiamento imobiliário for excluído, o comprometimento da renda ficou em 27,9% em março, ante 27,7% em 2020.

Os dados mais gerais do BC, atualizados até maio, mostram que, no mês passado, as concessões pelos bancos no crédito livre subiram 2,2% ante abril, para R\$ 347,5 bilhões. Nos 12 meses até maio, a alta foi de 2,0%. O crédito livre reúne operações em geral, com exceção das que utilizam recursos da poupança e BNDES. Atualmente, porém, o risco de

inadimplência aumentou, justamente porque as famílias estão enfrentando redução de renda.

Em maio, no crédito para pessoas físicas, as concessões subiram 4,3%, para R\$ 178,6 bilhões. Em 12 meses até maio, há alta de 4,8%. Já no caso de pessoas jurídicas, as concessões subiram 0,2% em maio ante abril, para R\$ 168,9 bilhões. Em 12 meses até maio, o recuo é de 0,9%.

Em meio às dificuldades das famílias, o juro médio total cobrado pelos bancos no rotativo do cartão de crédito caiu 6,5 pontos de abril para maio. A taxa passou de 336,1% para 329,6% ao ano. O rotativo do cartão e o cheque especial são emergenciais e acessados em dificuldades.

Juros do rotativo do cartão e cheque especial recuam

CRÉDITO A taxa média de juros paga pelas famílias no crédito livre caiu em maio para 39,9% ao ano. O número apresenta uma queda de 1,2 ponto percentual no mês, segundo as estatísticas monetárias e de crédito de maio, divulgadas ontem pelo Banco Central. Na comparação com maio de 2020, o declínio da taxa é de 3,8 pontos percentuais.

Segundo o BC, esse recuo nos juros foi influenciado pelo crédito pessoal, que teve queda de 5,3 pontos percentuais na taxa (83% ao ano). O rotativo do cartão de crédito chegou a 329,6% ao ano, com recuo de 6,5 pontos percentuais.

A taxa de juros do cheque especial caiu 2,2 pontos percentuais para 122,1% ao ano. Os juros do crédito direcionado para as famílias chegou a 6,7% ao ano, em maio, estável em relação a abril.

No caso das empresas, a taxa de juros do crédito livre chegou a 14,6%, com queda de 0,1 ponto percentual em relação a abril. No caso do crédito direcionado, a taxa para empresas ficou em 7,6% ao ano, com recuo de 0,8 ponto no mês.

O rotativo do cartão de crédito chegou a 329,6% ao ano, com recuo de 6,5 pontos percentuais

CONFIANÇA DA INDÚSTRIA AUMENTA 3,4 PONTOS

INDICADORES O Índice de Confiança da Indústria, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), cresceu 3,4 pontos de maio para junho. Essa foi a segunda alta consecutiva. O indicador atingiu 107,6 pontos, o maior patamar desde fevereiro deste ano (107,9 pontos). O Índice de Expectativas, que mede a confiança do empresário da indústria no futuro, subiu 5 pontos e atingiu 104 pontos. Já o Índice Situação Atual (ISA), que mede a percepção sobre as condições do presente, subiu menos: 1,8 ponto e chegou a 111,3 pontos. O Nível de Utilização da Capacidade Instalada subiu 1,6 ponto percentual, para 79,4%, maior valor desde janeiro.

PANDEMIA AINDA IMPACTA MERCADO DE TRABALHO

IPEA A melhora da atividade econômica e o crescimento da população ocupada não foram suficientes para reduzir o impacto da pandemia no mercado de trabalho, que segue com alta no desemprego, subocupação e desalento. A avaliação integra análise do desempenho recente do mercado de trabalho e perspectivas para 2021 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Com base na Pnad Contínua, em março, o estudo mostra que a taxa de desocupação ficou em 15,1%, 2,3 pontos percentuais acima do resultado do mesmo período do ano anterior. O crescimento dos desalentados também indica que o mercado de trabalho não se recuperou.

BANCOS ELEVAM PREVISÃO DE CRESCIMENTO DO PIB

BOLETIM FOCUS As instituições financeiras consultadas pelo Banco Central (BC) elevaram a projeção para o crescimento da economia brasileira este ano de 5% para 5,05%.

Para o próximo ano, a expectativa para Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – é de crescimento de 2,11%, ante a previsão da semana passada de 2,10%. Em 2023 e 2024, o mercado financeiro projeta expansão do PIB em 2,5%.

As estimativas estão no boletim Focus de ontem, pesquisa divulgada semanalmente, em Brasília, pelo BC, com a projeção para os principais indicadores econômicos.

BANCO BOCOM BBM S.A.
CNPJ/ME nº 15.114.366/0001-69
NIRE nº 29.3.000.1103.7

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE FEVEREIRO DE 2021

Data, Hora e Local: Em 10 de fevereiro de 2021, às 15 horas, na sede do Banco BOCOM BBM S.A. (Sociedade), localizada na cidade de Salvador, Estado da Bahia, na Rua de Calvo, nº 388, 7º andar (parte), Comércio, CEP 40015-010. Convocação e Publicação: O edital de convocação foi publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia e no Jornal Correio da Bahia nos dias 26, 27 e 28 de janeiro de 2021. Presença: Estiveram presentes na Assembleia (realizada em primeira convocação) os acionistas representados por 70,74% das ações ordinárias votantes, conforme presença certificada pelo Presidente e Secretário: BoCom Brazil Holding Company Ltda (representado pelo procurador Cristiano Alves Corrêa Justo Reis), e Angela Mariani Bittencourt, Carlos Mariani Bittencourt, Diogo Gutman Mariani, Eduardo Mariani Bittencourt, Filipe Eduardo Moreau, Glória Maria Mariani Bittencourt, Joana Gutman Mariani, Miguel Mariani Flaksman e Pedro Henrique Mariani Bittencourt (representados pelo procurador Jenifer Rodrigues Tenório). Mesa: A presidência foi assumida por Maria Elisa Guesrolli Puertas, que convidou Lucas Caminha de Lima e Silva para secretariá-la. Ordem do dia: 1. Deliberações: Foram aprovadas, por unanimidade e sem qualquer ressalva ou restrição, as seguintes deliberações: (i) a alteração do estatuto social da Companhia para (a) alterar o objeto social para fazer constar que a atividade de comercialização de energia elétrica somente se dará por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE nos termos do Ofício nº 2.208/2021-BCDE/Deot/CTRJA, emitido pelo Banco Central do Brasil; (b) ampliar a composição do conselho de administração para 6 (seis) membros; e (c) aumentar o quórum exigido para a instalação das reuniões do conselho de administração para 5 (cinco) conselheiros. Dessa forma, os artigos 4º, 9º e 11 do estatuto social da Companhia passaram a vigorar com as seguintes redações: “ARTIGO 4 - A Companhia é um banco múltiplo, tendo como objeto social a prática de operações ativas, passivas e intermediárias relativas às respectivas carteiras autorizadas (comercial, de investimentos, de arrendamento mercantil, de crédito imobiliário e de crédito, financiamento e investimento), inclusive a realização de operações de câmbio e crédito rural, e comercialização de energia elétrica, somente por meio da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), na modalidade atacadista e varejista, importação e exportação e prestação de serviços de comercialização e energia elétrica.” ARTIGO 9 - O Conselho de Administração é composto de 6 (seis) membros (cinco qualificados), incluindo o Presidente, eleitos pela Assembleia Geral em conformidade com a legislação aplicável. Os Conselheiros poderão – mas não são obrigados a – ser acionistas da Companhia, podendo ser também membros do Conselho Permanente. Parágrafo 1. Caso ocorra vacância no Conselho, uma Assembleia Geral deverá ser convocada dentro de 30 (trinta) dias para eleger substituto que cumprirá o mandato de seu antecessor. Parágrafo 2. Cada Conselheiro terá um mandato de 3 (três) anos, a menos que seja destituído ou substituído antes do término do respectivo mandato, ficando estipulado, contudo, que, salvo em caso de renúncia ou de Conselho Permanente, o Conselheiro eleito para substituí-lo. Os Conselheiros poderão ser reeleitos. Parágrafo 3. A Assembleia Geral efetuará a remuneração anual global a ser paga à administração da Companhia. ARTIGO 11 - O Conselho de Administração será reunido regularmente pelo menos 2 (duas) vezes por ano. Reuniões extraordinárias do Conselho de Administração poderão ser convocadas por qualquer Conselheiro, com ou sem o consentimento do Presidente, e, se necessário, contudo, somente poderão ser convocadas se forem aprovadas pelo Presidente. Parágrafo 1. A reunião do Conselho de Administração será convocada mediante entrega de notificação escrita com antecedência de pelo menos 15 (quinze) dias a todos os Conselheiros (ou período menor consentido por todos os Conselheiros), pelo correio, por fax, e-mail ou qualquer outro meio cujo recebimento possa ser reconhecido. Parágrafo 2. A convocação da reunião do Conselho de Administração será dispensada sempre que estiver presente à reunião a totalidade dos membros do Conselho de Administração. Parágrafo 3. O quórum exigido para a instalação das reuniões do Conselho de Administração é o Quórum Instalado, será de 5 (cinco) Conselheiros. Parágrafo 4. Desde que o Quórum Instalado exigido nos termos do Parágrafo 3 do Artigo 11 acima seja satisfeito, (i) as questões relacionadas nas alíneas (ii) a (s) do Parágrafo 1 do Artigo 10 supra requererão aprovação unânime dos membros do Conselho de Administração presentes na reunião; e (ii) a aprovação das questões submetidas à aprovação pelo voto eletrônico somente será aprovada pelo voto favorável da maioria simples dos Conselheiros presentes na reunião. Parágrafo 5. As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por meio de teleconferência ou videoconferência. Os Conselheiros que participarem de reuniões por qualquer um destes meios serão considerados presentes na reunião. Parágrafo 6. Conselheiros qualificados do Conselho de Administração os membros do Conselho de Administração que enviarem ao presidente do Conselho de Administração, até 1 (um) dia antes da data de realização do conclavê, seus votos, por carta, fac-símile ou correio eletrônico, ou que o façam por meio de outro membro do Conselho de Administração, mediante o e-mail ou por qualquer outro meio eletrônico, desde que o fizerem antes da reunião. Parágrafo 7. Em caso de convocação do Conselho de Administração poderão deliberar sobre quaisquer matérias por correio eletrônico, devendo, entretanto, a consulta e o voto serem transmitidos na ata da primeira reunião do Conselho de Administração. Parágrafo 8. O Conselho de Administração poderá deliberar sobre a renúncia apresentada pelo Conselheiro em exercício do cargo de membro do conselho de administração da Companhia. Os demais conselheiros elegerão e agradecerão a competência, o empenho e o zelo demonstrado pelo Sr. Sun Rongjun no cumprimento de seu mandato. (iii) A eleição (a) da Sr. SHI QI, chinesa, casada, bancária, portadora de omissão do documento nº 3110103197304 Y2442 e passaporte nº PE1579293, com endereço comercial na 193 Yim Cheng Zhong Road, 17º floor, ZIP Code 200120, Putung New District, Xangai, China, e (b) do Sr. MIGUEL MARIANI FLAKSMAN, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 123.677, expedida pela OAB/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 075.623.437-98, com endereço comercial na cidade e estado do Rio de Janeiro, na Av. Barão de Teffé, nº 34, salas 1801 e 1802, Saúde, CEP 22046-000, ao cargo de membro do conselho de administração da Companhia, ambos para cumprir o mandato em curso, o qual se encerrará na data da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2022. A posse dos conselheiros ora eleitos está condicionada à aprovação do Banco Central do Brasil, nos termos das normas aplicáveis. Os conselheiros ora eleitos declaram, por fim, que preenchem os requisitos para a Assessoria de Gestão. Resolução CMN nº 4.122, de 02 de agosto de 2012. (iv) Em virtude das deliberações acima, fica consignada a nova composição do conselho de administração da Companhia, o qual passa a ser integrado pelos seguintes membros: XU SUN, chinês, casado, bacharel em Economia, inscrito na Cédula de Identidade para Estrangeiros R.N.M. nº 2378942 e inscrito no CPF/ME sob o nº 063.903.107-22 (presidente do conselho de administração); FAN SHEN, chinês, casado, bacharel em Economia, inscrito na Cédula de Identidade para Estrangeiros R.N.M. nº 1256994-U e inscrito no CPF/ME sob o nº 065.530.267-00. PO YIN, chinês, casado, bacharel em Economia, passaporte nº E7354543-3, inscrito no CPF/ME sob o nº 063.903.107-22 (presidente do conselho de administração); MIGUEL MARIANI FLAKSMAN, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 02.886.673-1, expedida pela DIC/RJ e inscrito no CPF/ME sob o nº 380.450.957-68. SHI QI, acima qualificada (sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil); e MIGUEL MARIANI FLAKSMAN, acima qualificado (sujeito à aprovação do Banco Central do Brasil). Todos os membros do Conselho de Administração, incluindo o Presidente e o Secretário, foram eleitos para um mandato de 3 (três) anos, até a data da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2022, sendo certo que a permanência destes no cargo se estenderá até a posse de seus sucessores (artigo 9º, parágrafo 2º, do estatuto social da Companhia). Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária e lavrada a presente ata de convocação, leitura e aprovação, pelo Presidente e pelo Secretário. Diogo Gutman Mariani, Presidente declarou que (i) participação e votação dos acionistas na assembleia geral ocorreram integralmente a distância, mediante atuação remota via reunião por sistema Zoom; e (ii) a Assembleia cumpriu todos os requisitos estabelecidos para participação e votação dos acionistas, especialmente aqueles previstos na seção VIII do Anexo V da Instrução Normativa DREI nº 81, de 2020. Assinaturas: Presidente: Maria Elisa Guesrolli Puertas; Secretário: Lucas Caminha de Lima e Silva; Acionistas: BoCom Brazil Holding Company Ltda, representada pela sua procuradora Cristiana Alves Corrêa Justo Reis, Angela Mariani Bittencourt, representada por sua procuradora Jenifer Rodrigues Tenório, Carlos Mariani Bittencourt, representado por sua procuradora Jenifer Rodrigues Tenório, Diogo Gutman Mariani, representado por sua procuradora Jenifer Rodrigues Tenório, Eduardo Mariani Bittencourt, representado por sua procuradora Jenifer Rodrigues Tenório, Filipe Eduardo Moreau, representado por sua procuradora Jenifer Rodrigues Tenório, Glória Maria Mariani Bittencourt, representada por sua procuradora Jenifer Rodrigues Tenório, Joana Gutman Mariani, representada por sua procuradora Jenifer Rodrigues Tenório, Miguel Mariani Flaksman, representado por sua procuradora Jenifer Rodrigues Tenório e Pedro Henrique Mariani Bittencourt, representado por sua procuradora Jenifer Rodrigues Tenório. Salvador, 10 de fevereiro de 2021. Aprovado pelo Banco Central do Brasil, conforme Ofício 5924/2021-BCDE/Deot/CTRJA - PE 187/05 em 03/02/2021. Registrada Junta Comercial do Estado da Bahia sob o nº 96078798 em 27/05/2021. Tiana Regila M G de Araújo – Secretária Geral

Sindicato vai à Justiça para anular venda da RLAM

APROVAÇÃO DO CADE O Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindipetro-Bahia) entrou com recurso judicial contra decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que autorizou, em 9 de junho, a venda da Refinaria Landulpho Alves (RLAM) pela Petrobras ao fundo de investimentos árabe Mubadala.

Segundo o advogado Ângelo Remédio, que representa o sindicato na ação, após a decisão do Cade sobre a venda da refinaria baiana havia prazo de 15 dias para recorrer. "Ingressamos com recurso de terceiro interessado, pleiteando que esta decisão seja revista e a privatização declarada ilegítima".

Um dos argumentos é que o órgão de defesa da concorrência teria ignorado que a venda da RLAM acarretar a formação de um monopólio privado, pois o mesmo agente eco-



DIVULGAÇÃO

Para entidade, negócio cria monopólio privado e vai aumentar preço dos combustíveis

nômico privado seja responsável pelo refino de petróleo e pela distribuição de seus derivados. "Este fato poderá gerar aumento do preço de combustíveis. Necessário, portanto, que o Cade reveja seu posicionamento".

Para o coordenador geral

da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Deyvid Barcelar, o Cade "praticamente legitimou, num prazo apertado, a venda da RLAM e seus terminais com valores baixos, e promovendo o que deveria combater: a concentração do mercado".

Petrobras abre licitação para nova unidade na Replan

REFINARIA A Petrobras informou que iniciou ontem o processo de licitação internacional, na modalidade EPC (engenharia, suprimento e construção), para implantação de uma nova unidade de hidrotreatamento de diesel e os sistemas auxiliares necessários. O objetivo da iniciativa é adequar e

modernizar o parque de refino da Refinaria de Paulínia (Replan), segundo a estatal.

"Com esse projeto, a Replan será capaz de produzir 100% de óleo diesel de baixo teor de enxofre (S-10) e aumentar a produção de querosene de aviação (QAV), visando o atendimento das especificações e quantidades

demandadas pelo mercado futuro, de forma econômica, com segurança operacional e menores impactos ao meio ambiente", diz a Petrobras em comunicado ao mercado.

A empresa informa ainda que a nova unidade de hidrotreatamento de diesel terá capacidade de produção de 10.000 m³/dia de Diesel S-10.

Gás de cozinha já custa R\$ 130 na região centro-oeste

ENERGIA Dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) mostram que a alta média do gás de cozinha nas últimas quatro semanas no Brasil chegou a 4,3%, com o produto já sendo encontrado a R\$ 130 o botijão de 13 kg nos estados da região centro-oeste. Na média do país, o gás de cozinha custa R\$ 88,94, quase 10% do salário mínimo.

A Petrobras elevou o preço do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) em 6% em meados de junho, o primeiro aumento da gestão do general Joaquim Silva e Luna na estatal, que não realizou reajuste do combustível em maio.

Já o gás natural (GNV), que recebeu reajuste de 39% em maio passado, subiu 1,4% nas últimas quatro semanas nos postos de abastecimento, para um preço médio de R\$ 3,88 por metro cúbico, segundo o levantamento da ANP.

A gasolina subiu 0,6% nas últimas quatro semanas, para média de R\$ 5,695 o litro; e o diesel permaneceu praticamente estável, negociado nos postos de abastecimento a um preço médio de R\$ 4,498, reflexo de menos ajustes em relação ao mercado internacional.

A gasolina subiu 0,6% nas últimas quatro semanas, para média de R\$ 5,695 o litro

DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL SOBE PARA R\$ 5,17 TRILHÕES

CONTAS DO GOVERNO Depois de uma queda expressiva em abril, a Dívida Pública Federal (DPF) voltou a subir em maio. Segundo números divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 5,089 trilhões em abril para R\$ 5,171 trilhões em maio, com alta de 1,61%.

O Tesouro prevê que a DPF continuará subindo nos próximos meses. Segundo a nova versão do Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentada no fim de maio, o estoque da DPF deve encerrar 2021 entre R\$ 5,5 trilhões e R\$ 5,8 trilhões.

A dívida pública mobiliária (em títulos) interna (DPMFI) subiu 1,82%, passando de R\$ 4,852 trilhões em abril para R\$ 4,940 trilhões em maio. No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 58,3 bilhões em títulos a mais do que emitiu. Também houve a apropriação de R\$ 29,88 bilhões em juros.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2021
 A Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra - Bahia, em acordo com o Decreto Federal 16.024/19, Lei Federal nº 11.320/2021, Lei Complementar nº 12/20, com as alterações promovidas pela Lei Complementar 147/2014 e subsidiariamente as normas contidas na Lei Federal nº 6.566/93, suas alterações posteriores, torna público que será realizada uma licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 007/2021, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução de serviços, em caráter contínuo, de limpeza de vias públicas, coleta de lixo urbano e serviços conexos do Município de Bom Jesus da Serra/BA, compreendendo a sede do município, zona rural e distritos, com utilização de veículos, equipamentos, ferramentas, materiais e disponibilização da mão de obra. Sessão de abertura realizar-se-á em 12/07/2021 às 09:30h. O Edital encontra-se no site www.licitacoes.com.br e no Portal da Transparência do Município. Maiores informações pelo e-mail: licitacoes@bomjesusdaserria.ba.gov.br. Flóres de Paula Campos Monteiro - Pregoeira. Bom Jesus da Serra, 28/06/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDAS DO SINCORÁ
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10020/2021.
 Tipo: Menor preço por lote. Abertura: 12/07/2021, às 09:00h - Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de materiais e equipamentos eletrônicos para informatização das Unidades de Saúde e Unidade Servidor, para implantação do PEC - Prontuário eletrônico, conforme a Portaria nº 3393/2020, em atendimento a secretária Municipal de saúde do município de Contendas do Sincorá, BA. De acordo com as condições e especificações no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, nas especificações e quantidades constantes no Anexo I deste edital. Local da disputa e Edital: www.comprasgovernamentais.gov.br informações: (77)3416-2219, e-mail: licitacaocontendas@gmail.com - Contenda do Sincorá - BA, 29 de junho de 2021. Jacson Rocha dos Santos - Pregoeiro

SINDICATO DOS POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS NO ESTADO DA BAHIA
RETIFICAÇÃO Nº 01
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
 O PRESIDENTE do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais no Estado da Bahia - SINPRF-BA, no uso das atribuições conferidas pelo Estatuto da Entidade, Título IV, Cap. VI, Art. 34, c/c os arts. 22 inc. I, e 25, resolve **RETIFICAR** o Edital da Assembleia Geral Ordinária para Prestação de Contas referente ao Exercício 2020 e Proposta Orçamentária para o Exercício 2021, conforme edital publicado no jornal Correio do dia 22/06/2021, nos seguintes termos:
 Onde se lê - a ser realizada no auditório do SINPRF-BA, localizado na Rua Manoel Barreto, nº 798, Graça, nesta capital, no dia 07/07/2021, Quarta-Feira, com 1ª chamada às 09h e 2ª e última chamada às 09:30h;
 Leia-se - a ser realizada no auditório do SINPRF-BA, localizado na Rua Manoel Barreto, nº 798, Graça, nesta capital, no dia 06/07/2021, Terça-Feira, com 1ª chamada às 09h e 2ª e última chamada às 09:30h.
 Salvador/BA, 28 de junho de 2021.
FÁBIO SERRAVALLE FRANCO - Presidente do SINPRF-BA

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS DO ESTADO DA BAHIA - SINDALIMENTAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIAS GERAIS
 O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins do Estado da Bahia - SINDALIMENTAÇÃO CONVOCA os empregados das empresas relacionadas abaixo, para as ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS, a serem realizadas nos dias, horas e locais respectivamente indicados, em primeira convocação com a presença de 2/3 dos interessados ou em segunda, meia hora após, com 1/3, permanecendo até a votação do último interessado que comparecer, para deliberar sobre o seguinte: 1 - Aprovação das pautas de reivindicações para a data base de setembro a outubro/2021; 2 - Outorgar poderes ao sindicato para negociar, assinar Acordos Coletivos ou Suscitar Dissídio Coletivo de Trabalho. EMPRESAS, DATAS, HORAS E LOCAIS DAS ASSEMBLEIAS: Jacobs Douwe Egberts Br Comercialização de Cafés Ltda, dia 13/07/2021 às 09:30h, na Rua do Luxemburgo, n. 586, Granjae Rurais Presidente Vargas, Salvador-BA e BRF S/A, dia 28/07/2021 às 14:00h, na Rua do Bico Doces, s/n, Palestina, Salvador-BA, Salvador, 29/06/2021, João Luis de Jesus Queiroz, Coordenador Geral.

SECRETARIA DA SAÚDE | **Estado da Bahia**
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 158/2021, ID: 880278 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE (SAFTEC). Abertura: 15/07/2021, às 09h00min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF) Objeto: Aquisição de Medicamento: RUCURONIO brometo, "REGISTRO DE PREGÃO", Família(s): 65.02. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: fernando.pinto@saude.ba.gov.br, telefone: (71) 3115-8334 / 3115-4307 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:30h às 17:30h no endereço: 4ª avenida nº 400 - Plataforma L1 Lado "A" Terreo, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, 28/06/2021. **Fernando Lima Pinto - Pregoeiro (a) Oficial.**

SESAB

SECRETARIA DA SAÚDE | **Estado da Bahia**
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 159/2021, ID: 879916 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SUPERINTENDÊNCIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM SAÚDE (SAFTEC). Abertura: 14/07/2021, às 09h00min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA) Objeto: Aquisição de Medicamento: RUXOLITIMIBE, RIBOCICLIBE suscinato, PONATINIB e etc. "REGISTRO DE PREGÃO", Família(s): 65.01/65.02. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: fernando.pinto@saude.ba.gov.br, telefone: (71) 3115-8334/3115-4307 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:30h às 17:30h no endereço: 4ª avenida nº 400 - Plataforma L1 Lado "A" Terreo, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, 28/06/2021. **Fernando Lima Pinto - Pregoeiro (a) Oficial.**

SESAB

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA - BAHIA
AVISO DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2021 - Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de medicamentos eicos, para atendimento de pessoas baixa renda neste Município de Santana - BA, quando indisponíveis os referidos medicamentos na Farmácia Básica Municipal, conforme descrição no edital e anexo. Abertura: 09/07/2021, às 09:00horas. Edital na íntegra disponível no endereço: www.santana.ba.gov.br (Diário Oficial do Município). Informações pelo telefone 77 3484-2148 e/ou e-mail: licitacao@santana.ba.gov.br. - **Maisa Cristiane Neves de Almeida - Pregoeira.**
AVISO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2021 - Objeto: Constitui objeto da presente licitação contratação de empresa para aquisição de equipamentos de informática e Periféricos. Prioritários Eletrônicos nas unidades de Saúde do município de Santana - BA, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital - Recolimento da proposta dia 12.07.21, às 8:30 e início da disputa às 09:30h-Edital/Local: no sistema eletrônico www.bllcompras.org.br "Acesso Identificado no link - BLL Compras - Informações pelo e-mail: licitacao@santana.ba.gov.br e telefone: (77) 3484 - 2148, das 08hs às 13hs, **Maisa Cristiane Neves de Almeida - Pregoeira.**
AVISO DE ABERTURA - PREGÃO PRESENCIAL Nº: 022/2021 - Objeto: Contratação de empresa para aquisição de carros coletor corajados, conforme descrito no Termo de Referência. Deste Edital que serão fornecidos conforme necessidade da administração do Município de Santana/BA. Abertura: 12.07.2021, às 14:00horas. Edital na íntegra disponível no endereço: www.santana.ba.gov.br (Diário Oficial do Município). Informações pelo telefone 77 3484-2148 e/ou e-mail: licitacao@santana.ba.gov.br - **Maisa Cristiane Neves de Almeida - Pregoeira.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA (BA)
 CNPJ 13.717.277/0001-81
AVISO DE LICITAÇÃO (PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2021)
 A Prefeitura Municipal de Jussara, torna público aos interessados a realização da licitação na Modalidade: Pregão Presencial Nº 28/2021, tendo como Objeto: Aquisição de Pneus para todos os veículos dos diversos setores desta Prefeitura. Data de abertura: 12/07/2021 às 08:30h. Local: Prefeitura Municipal de Jussara, com sede à Praça Máximo Guedes, 93, Setor de Licitação. Maiores informações poderão ser obtidas gratuitamente pelo telefone: (74) 3647-1029 ou pelo e-mail: seccadm2021@jussara.ba.gov.br
AVISO DE LICITAÇÃO (PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2021)
 A Prefeitura Municipal de Jussara, torna público aos interessados a realização da licitação na Modalidade: Pregão Presencial Nº 29/2021, tendo como Objeto: Aquisição de Peças e Serviços para todos os veículos dos diversos setores desta Prefeitura. Data de abertura: 12/07/2021 às 10:00h. Local: Prefeitura Municipal de Jussara, com sede à Praça Máximo Guedes, 93, Setor de Licitação. Maiores informações poderão ser obtidas gratuitamente pelo telefone: (74) 3647-1029 ou pelo e-mail: seccadm2021@jussara.ba.gov.br
Léa Margarete Mendes da Silva - Pregoeira.

ECONOMIA

MIRIAM LEITÃO

blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/



TODAS AS LINHAS DE INVESTIGAÇÃO DA CPI VÃO DIRETO AO PRESIDENTE

Bolsonaro tem explicação a dar

O jogo mudou. Com a notícia-crime protocolada por três senadores, o presidente terá que dar as respostas que tem se negado a apresentar desde que o assunto veio à tona. A resposta "eu não tenho como saber o que acontece nos ministérios" não melhora a vida de Bolsonaro. Ele foi informado por um deputado da base sobre o que estava acontecendo. O presidente já começou a ser abandonado e é assim que acontece nesses casos. Ele vai usar toda a sua agressividade e capacidade de gerar crises, mas não será suficiente se ele não tiver boas respostas para as questões levantadas na CPI da Covid.

Tudo isso acontece num momento ruim na economia. O aumento da bandeira vermelha 2 pode superar 70%, o que vai impactar novamente a conta de luz e a inflação. Os preços já estão altos e isso piora a qualidade da vida. O fanatismo alimentado com as exibições de motos pelas cidades do Brasil não é suficiente. O país tem quase 15 milhões de desempregados, a inflação está alta, a energia sobe e há risco de racionamento. E a resposta do governo é

baixar uma MP dando mais poderes ao ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque.

Todas as linhas de investigação da CPI vão direto ao presidente. A estratégia da imunidade de rebanho que elevou o número de mortes, os atrasos e descasos na compra de vacinas, a disseminação dos remédios ineficazes. E agora, a corrupção. Esta também vai direto para o colo do presidente, porque ele soube pelo deputado Luis Miranda (DEM-DF) e pelo servidor Luis Ricardo Miranda de cada uma das suspeitas, e nada fez.

A longa sessão da CPI na sexta-feira trouxe por fim o nome sabido do deputado Ricardo Barros (PP-PR), outro fio que liga diretamente ao palácio, afinal é o líder do governo na Câmara. As denúncias de corrupção ocorrem em área

sensível. O que o país mais queria era vacina. Bolsonaro tripudiou sobre esse nosso desejo. Deixou de comprar e tentou minar a confiança nos imunizantes. Disse numa entrevista ao filho Eduardo, em 19 de dezembro, que a pandemia estava acabando e não havia pressão da vacina. Mas houve pressão, três meses depois, a ponto de pressionar um funcionário público a assinar um documento inaceitável. Tudo o que Bolsonaro fez contra as vacinas e a proteção da vida humana só aumenta a gravidade do que houve no Ministério da Saúde. Um esquema tentou tirar proveito na compra de uma vacina duvidosa e superfaturada. Informados dos fatos, o presidente demonstrou que suspeitava de Ricardo Barros.

Os dois se conhecem de muitas décadas. Numa votação de medi-

da de ajuste fiscal, no segundo mandato de Fernando Henrique, a dupla se desentendeu e Bolsonaro acusou Barros de tentar chantageá-lo. Esse conflito foi contado na coluna de política do Globo, no dia 20 de Janeiro de 1999. O presidente, portanto, conhece de velha data o seu líder.

Bolsonaro criou para esta campanha uma imagem falsa de si mesmo. A de pessoa anticorrupção, um militar de valores cristãos e contra os políticos. Tudo falso. Sua vida militar foi um fiasco. Ele ficou 30 anos no Congresso e apenas 11 anos no Exército. Passou pelos partidos envolvidos em inúmeros casos de corrupção. Seu governo já teve vários escândalos. Rachadinha e compra de imóveis com dinheiro vivo pelos filhos, cheque na conta da mulher de Bol-

sonaro, um ministro cercado de laranjas, outro ministro acusado de contrabando de madeira e defesa de infratores ambientais, compra inexplicável de uma mansão por Flávio, um foragido da Justiça escondido na casa do advogado de Flávio. Bolsonaro é o estelionato ambulante.

Os políticos que sustentam Bolsonaro começam agora a se perguntar quanto pode custar estar nessa companhia. O ciclo de fuga do presidencialismo de coalizão produz o afastamento de um governante quando ele se torna impopular. O presidente da Câmara, Arthur Lira, é inimigo de Renan Calheiros em Alagoas, portanto ele vai tentar remar no sentido contrário ao da CPI que tanto protagonismo dá a Calheiros. Mas até quanto ele pode apostar do seu capital político defendendo um governo tóxico? Lira acredita no que ouve do mercado financeiro de que a economia vai bem, mas o mercado ganha na alta e na baixa, e faz apostas de curto prazo, um político precisa ter um olhar longo. A economia que interessa às pessoas está com várias más notícias.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 4,9278	R\$ 4,9293
Dólar Turismo	R\$ 4,9300	R\$ 5,0930
Euro turismo	R\$ 5,8330	R\$ 6,0930

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	127.429,17	+0,14%

POUPANÇA

29/06/2021	0,3599 %
------------	----------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1100,00

INFLAÇÃO

	Maio	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,83%	3,2%	8,06%
INPC/IBGE	0,96%	3,3%	8,9%
IGP-M/FGV	4,1%	14,36%	37,04%

AQUISIÇÃO

40%

é a participação adquirida pelo banco americano JP Morgan Chase na fintech brasileira C6, fundada em 2019 por ex-sócios do BTG Pactual. O investimento deve ser usado para acelerar o crescimento do banco digital C6, que hoje tem 7 milhões de clientes. O valor da compra foi de aproximadamente R\$ 10 bilhões, segundo o jornal P Estádio de São Paulo, pois as partes não divulgaram os termos financeiros do negócio.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE
CNPJ N: 13.827.027/0001-02
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) 010-2021
A PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIPE, BA REALIZA PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 010-2021 OBJETO: Aquisição parcelada de material de higiene, limpeza e utensílios de cozinha, para atender às necessidades do Hospital Municipal Maria Amélia Santos, e as diversas secretarias desta Administração Pública. Tipo Menor Preço Global por Item. DATA: 14/07/2021. HORÁRIO: 09:00 horas, nº da licitação: 879521, info. e-mail: licitacaoosafelipe@gmail.com tel: 75 3628-2021. São Felipe, 29/06/2021. Milton Couto Ribeiro Boisi – Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORPARÁ
CNPJ N: 13.798.574/0001-07
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2021
A Prefeitura Municipal de Morpará, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial sob nº 013/2021, que tem como objeto a Contratação de empresa para futura e eventual aquisição parcelada de material de construção, objetivando atender as demandas das Secretarias deste Município de Morpará-Bahia. A Sessão de abertura será no dia 09/07/2021, às 09h:00min, no Setor das Licitações e contratos – situado na sede da Prefeitura Municipal de Morpará. Edital disponível no Site Oficial do Município, no endereço eletrônico www.morparaba.gov.br ou na Sede da Prefeitura, na Av. Rui Barbosa nº 420, Centro, Morpará/BA. Maiores informações: Tel. (77) 3663-2168; E-mail: morparalicitaj@hotmail.com. Giovanni Pereira de Oliveira – Pregoeiro Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAIANÓPOLIS
CNPJ N: 13.654.413/0001-31
AVISO LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 002/2021
A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Baiãoópolis/Bahia, devidamente autorizada pelo Decreto 050/2021, torna público para conhecimento dos interessados a licitação na modalidade Pregão Eletrônico: Nº 002/2021. Objeto: Aquisição parcelada de material e equipamentos odontológico a serem utilizados pelo Fundo municipal de saúde deste município de Baiãoópolis. Sessão de Abertura: 13/07/2021 às 10:00 horas. O Edital poderá ser retirado exclusivamente no endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br, através do nº 863014. Técnico de Andrade Bezerra – Pregoeiro. Baiãoópolis/BA, 24 de junho de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCANO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2021 – Abertura: 12/07/2021 às 09h00min. (horário local) aquisição de material odontológico e laboratório para atender às necessidades da Secretaria de saúde do Município de Tucano. Os interessados poderão obter informações e/ou o Edital e seus anexos na Comissão Permanente de Licitação pelo e-mail: licitacao@tucano.gov.br, situada na Avenida Dr. Carlos Magalhães, s/n, Bairro Centro, Tucano, Estado da Bahia, CEP: 48.790-000, no horário das 8:00 às 12:00h, telefax (75) 3272-2181, 28 de junho de 2021. Ana Paula Soloposto Nogueira – Pregoeira.
AVISO DE LICITAÇÃO CREDENCIAMENTO 005/2021 O Município de Tucano por meio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público Credenciamento de prestadores de serviços para locação de veículos tipo Van por um período de 12 meses para atender a Secretaria de Saúde do Município de Tucano – Bahia no período de 29/06/2021 a 31/12/2021. Os interessados poderão obter informações e/ou o Edital e seus anexos na Comissão Permanente de Licitação situada na Av. Dr Antônio Magalhães, n° 1184, Bairro Centro, Tucano, Estado da Bahia, CEP: 48.790-000, no horário das 08h00min às 12h00min, e-mail: telefax (75) 3272-2181 licitacaotucano@tucano.gov.br, Tucano -Ba, 07 de junho de 2021. Ana Paula Soloposto Nogueira – Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FELIX DO CORIBE
CNPJ N: 16.430.951/0001-30
AVISO DE LICITAÇÃO
A Prefeitura de São Félix do Coribe, torna público abertura das seguintes licitações: Pregão Presencial, edital nº016/2021, objeto: aquisição gêneros alimentícios perecíveis; abertura: 12.07.2021, às 9:00hs. site:www.saofelixdocoribe.ba.gov.br e Prefeitura, período 29.06 a 12.07.2021. Pregoeiro – Benjamin Dourado. fone - 77-3491-1612. Em, 28.07.2021. Pregão Presencial, edital nº017/2021, objeto, serviços seralharizais; abertura:13.07.2021, às 9:00hs. site:www.saofelixdocoribe.ba.gov.br e Prefeitura, período 29.06 a 13.07.2021. Pregoeiro – Benjamin Dourado. fone - 77-3491-1612. Em, 28.07.2021. Pregão Presencial, edital nº018/2021, objeto: serviços conserto ar condicionado, abertura:14.07.2021, às 9:00hs. site:www.saofelixdocoribe.ba.gov.br e Prefeitura, período 29.06 a 14.07.2021. Pregoeiro – Benjamin Dourado. fone - 77-3491-1612. Em, 28.07.2021. Pregão Presencial, edital nº019/2021, objeto: aquisição materiais construção, brita e barros; abertura: 15.07.2021, às 9:00hs. site:www.saofelixdocoribe.ba.gov.br e Prefeitura, período 29.06 a 15.07.2021. Pregoeiro – Benjamin Dourado. fone - 77-3491-1612. Em, 28.07.2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALCOBACA
AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº PR24-2021 A Prefeitura Municipal de Alcobaca/BA, torna público aos interessados, que fica desde já alterada a data de abertura da licitação em epígrafe, tendo por objeto a contratação de sociedade empresarial especializada em para aquisição de material instrumental odontológico, para realização de procedimentos odontológicos nas unidades básicas de Saúde e no CEO (centro especializado odontológico), com abertura prevista para o dia 29 de Junho de 2021, às 10:00 horas, FICHA ADIADA para o dia 14 de julho de 2021, às 10:00 horas, tendo em vista que o arquivo (Edital) disponibilizado no dia 08 de junho de 2021, no site: https://doem.org.br/balb/alcobaca/edital apresenta inconsistências no anexo 1 (leia de referência), desta forma, a comissão amparada pelo dispositivo legal contido no Art. 21 §4 da lei 8.666/93, deliberou por disponibilizar NOVO EDITAL, no mesmo meio de comunicação acima mencionado. Alcobaca 25 de junho de 2021 – Givaldo Muniz – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICOARA
CNPJ N: 13.922.588/0001-82
AVISOS DE LICITAÇÃO PP SRP Nº 035/2021 E PP Nº 036/2021
O Pregoeiro do Município de Iboara realizará o Pregão Presencial SRP nº 035/2021 – contratação de empresa para realização de exames anatomopatológicos (Biopsias) e imunohistoquímica para atender ao Fundo Municipal de Saúde. Abertura 12 de julho de 2021 às 09:30. Iboara-Ba, 28 de junho de 2021. Renan Pires Silva – Pregoeiro
O Pregoeiro do Município de Iboara realizará o Pregão Presencial nº 036/2021 – aquisição de kits de teste rápido para diagnóstico da COVID-19, em caráter de urgência, destinados ao rastreamento e monitoramento do COVID-19. Abertura 12 de julho de 2021 às 11:00. Iboara-Ba, 28 de junho de 2021. Renan Pires Silva – Pregoeiro. Edital e inf. das 08:00 às 12:00, pelo tel: (77) 3413-2199 ou email: licitacaoibicoara2124@gmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANAMBI
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 013-21TP-PMG
A Prefeitura Municipal de Guanambi/BA, comunica aos interessados que realizará Tomada de Preço nº 013- 21TP-PMG, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos, com profissionais habilitados pelos órgãos regulamentadores da classe, para elaboração de projetos, planilhas de custo e especificações técnicas. Data: 30/07/2021 às 9h, no CETEP - Centro de Treinamento Pedagógico, localizado na Rua Triunfo de Freitas, 168 - Santo Antônio, Guanambi - BA. O Edital completo ficará disponível para consulta e/ou impressão nos endereços eletrônicos: http://guanambi.ba.gov.br/transparencia/compras/licitacoes; http://www.guanambi.ba.gov.br/transparencia/compras/editais de licitacoes. Maiores informações através do E-mail: cpjguanambi@gmail.com ou Tel. (77) 3452-4312. Divulgação dos outros atos - Diário Oficial - endereço eletrônico: www.guanambi.ba.gov.br/Diario_Oficial. Guanambi - BA, 28/06/2021 - Aparecida Nunes Rodrigues – Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOLÂNDIA
AVISO DE LICITAÇÃO Processo Administrativo nº 183/2021 O MUNICÍPIO DE TEOLÂNDIA-BA, fará realizar PREGÃO PRESENCIAL Nº 0012/2021 em 13 de julho de 2021 às 08:00h, destinado a Contratação de empresa para Fomento de Merenda Escolar para os alunos do Ensino Fundamental I e II, creche e para o programa do Eja (jovens e adultos), e demais Alts deste certame estão na íntegra, disponíveis na Prefeitura Municipal de Teolândia, Rua Antônio dos Santos, nº 52, no horário das 08:00 às 12:00 hs no Site Eletrônico (WWW.TEOLANDIA.BA.GOV.BR-EDITAIS). Teolândia-Ba, 28/06/2021. Eickson Lucas de Souza Menezes-PREGOEIRO.
EXTRATO DE TERMO ADITIVO Contrato Administrativo nº 119/2017. Termo Aditivo de Prazo 005/2021 CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE TEOLÂNDIA - BA. CONTRATADA: A Empresa PRIMOS PRE-MOLDADOS, EDIFICAÇÕES E COMERCIO LTDA-ME CNPJ: 05.637.451/0001-58. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CIVIL PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DA PRACA DE EVENTOS NO MUNICÍPIO DE TEOLÂNDIA, ATRAVÉS DE RECURSOS OBTIDOS NO MINISTÉRIO DO TURISMO, CONTRATO Nº 398890/86/2012 / CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Fica Prorrogado o Contrato nº 119/2017 da Concorrência Pública nº. 001/2017, por mais 06 meses do dia 30 de junho de 2021 a 30 de dezembro de 2021. Data de Assinatura: 28/06/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUBERÁ
CNPJ N: 14.195.333/0001-28
AVISO REPUBLICAÇÃO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2021 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 069/2021. Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, COM PREVISÃO PARA UTILIZAÇÃO NA MERENDA ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE ITUBERÁ DURANTE O ANO LETIVO DE 2021/2021, os grupos formais ou informais deverão apresentar a documentação para habilitação e o Projeto de Venda no período de 30/06/2021 até às 09h00min do dia 21/07/2021. A sessão pública para abertura dos envelopes ocorrerá no dia 21/07/2021 às 09h00min, na Sede da Comissão Permanente de licitação situado na sede da Prefeitura, Rua Coronel Barachisio Lisboa, nº 25 - Bairro Centro - CEP 45.435-000, na Cidade de Ituberá. O edital encontra-se à disposição dos interessados no site https://www.itubera.ba.gov.br/site/editais. Luzinete de Oliveira Santos – Presidente da CPL.

Tribuna

Dívida pública

Depois de uma queda expressiva em abril, a Dívida Pública Federal (DPF) voltou a subir em maio. Segundo números divulgados pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 5,089 trilhões em abril para R\$ 5,171 trilhões em maio, com alta de 1,61%. O Tesouro prevê que a DPF continuará subindo nos próximos meses. Segundo a nova versão do Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentada no fim de maio, o estoque da DPF deve encerrar 2021 entre R\$ 5,5 trilhões e R\$ 5,8 trilhões.

Uma

LDO 2021 1

Na 21ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Salvador, realizada de forma semipresencial na manhã de ontem, foi anunciado que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) será votada na próxima semana. A atividade foi dirigida pelo presidente da Casa, vereador Geraldo Júnior (MDB), a partir do Plenário Cosme de Farias. Com relação à LDO, a vereadora e líder da Oposição, Marta Rodrigues (PT), sugeriu a dispensa dos prazos, interstícios e análise até o dia 30 de junho de todas as emendas para que a Lei de Diretrizes Orçamentárias entre em votação.

LDO 2021 2

O pleito foi acatado pelo presidente, líderes do Governo e Oposição e pelo presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, Joceval Rodrigues (Cidadania). "Por conta do cronograma aqui sugerido, de forma democrática, nós da Comissão de Orçamento resolvemos fazer uma reunião amanhã para apreciar as emendas e hoje encerramos o prazo para apresentação de emendas", explicou Joceval.

Tributação

Primeiro secretário da Receita do governo Bolsonaro, o economista Marcos Cintra é uma voz ácida contra o projeto de lei que altera o Imposto de Renda. Segundo ele, a tributação de lucros e dividendos (remuneração que os acionistas recebem pelo capital investido na empresa) com alíquota de 20%, vai promover aumento brutal da carga tributária, distorções no sistema e afugentar os investidores.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 29/06/21	



SENADO DEBATE ALTA DE PREÇOS DE COMBUSTÍVEIS



admin 29 Junho, 2021

O alto preço dos combustíveis praticado no Brasil e a presença de cartéis de postos, que impactam na economia e no custo de vida, são questões que nortearam a audiência pública interativa realizada ontem pelo Senado Federal, por meio da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). O presidente da Comissão, o senador Reguffe (Podemos-DF) destacou que desde o início do ano já são seis reajustes no preço da gasolina. “É preciso que isso seja discutido pelo Parlamento, as causas disso, e que se procure saídas. Quando era deputado distrital fiz uma representação no Cade sobre indícios de cartel no preço dos combustíveis”, afirmou.

O senador cobrou da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) a disponibilização de um aplicativo que permita ao consumidor monitorar os preços dos combustíveis nos postos, ampliando a transparência no processo de comercialização e combatendo a prática criminosa dos cartéis. O superintendente de Defesa da Concorrência da Agência Nacional do Petróleo, Bruno Caselli, ressaltou que a ANP coopera com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) monitorando os indícios de cartel. Já o Diretor de Assuntos Institucionais e Jurídicos da Federação Única dos Petroleiros, Mário Dal Zot, argumentou que a construção de novas refinarias no Brasil aumentaria a concorrência.

Debatedores da audiência pública ressaltaram também que como a Petrobras está sujeita ao regime de liberdade de preços, os combustíveis sofrem influência do mercado internacional. O gerente geral de Marketing da Petrobras, Sandro Paes Barreto, afirmou que como a empresa vende commodities, os preços estão sujeitos aos fluxos internacionais. Segundo ele, os preços da Petrobras são competitivos no equilíbrio com o mercado internacional, acompanhando as variações do produto para cima e para baixo.

O coordenador do Departamento Econômico do Cade, Ricardo Medeiros, questionou se os preços são realmente livres no Brasil, citando que postos já foram autuados por venderem combustível com preço muito baixo ou muito alto. O senador Reguffe observa que o preço dos combustíveis no Brasil e a política de reajustes adotada pela Petrobras têm despertado inúmeros debates e reações na sociedade, pois o preço da gasolina, do diesel, do gás de cozinha (GLP) e do etanol tem grande impacto na economia real e na vida das pessoas, além de ser importante componente das cestas de preços que integram os índices de inflação como o IPCA.

Em 8 de março, a Petrobras anunciou alta de 8,8% no preço da gasolina, o sexto aumento em 2021. Com isso, a gasolina acumula alta de 54,3% somente neste ano, não sendo raro encontrar o litro do combustível sendo vendido a R\$ 6. A quinta elevação do preço do diesel, de 5,5%, foi aplicada no início de março, acarretando aumento de 41,5% apenas neste ano. O preço do gás de cozinha (GLP), por sua vez, já foi reajustado duas vezes apenas em 2021.

Além da disparada de preço nos combustíveis oriundos do petróleo, Reguffe aponta uma escalada dos preços do etanol, que não guardaria qualquer relação com a variação do preço do barril do petróleo. “São constantes as denúncias de carteis de postos de combustíveis em inúmeras cidades dos mais diversos estados e do Distrito Federal, com impactos sérios na qualidade, segurança e no preço dos combustíveis vendidos ao consumidor final, devendo, portanto, esse tema ser enfrentado e aprofundado pela comissão”, concluiu Reguffe.

Foto: divulgação

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 28/06/21	



PANDEMIA: GOVERNO FEDERAL LIBERA R\$ 52,6 MILHÕES EM EMENDAS PARA MUNICÍPIOS BAIANOS APLICAREM NA SAÚDE



admin 28 Junho, 2021

Uma portaria publicada hoje (28) no diário Oficial da União mostra que 65 municípios baianos foram habilitados a receber, juntos, um total de R\$ 52,6 milhões em emendas parlamentares que serão destinados à atenção básica em saúde, especialmente no combate à pandemia de covid-19.

Os valores variam de R\$ 30 mil a R\$ 1 milhão, dependendo do município. O repasse será feito do Fundo Nacional de Saúde para os respectivos fundos municipais, em até seis parcelas.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 28/06/21	



DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL SOBE EM MAIO E CHEGA A R\$ 5,17 TRI



admin 28 Junho, 2021

A Dívida Pública Federal (DPF) voltou a subir em maio, passando de R\$ 5,089 trilhões em abril para R\$ 5,171 trilhões em maio, com alta de 1,61%. Os números foram divulgados hoje (28) pelo Tesouro Nacional.

O Tesouro prevê que a DPF continuará subindo nos próximos meses. Segundo a nova versão do Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentada no fim de maio, o estoque da DPF deve encerrar 2021 entre R\$ 5,5 trilhões e R\$ 5,8 trilhões.

A dívida pública mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) subiu 1,82%, passando de R\$ 4,852 trilhões em abril para R\$ 4,940 trilhões em maio. No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 58,3 bilhões em títulos a mais do que emitiu. Também houve a apropriação de R\$ 29,88 bilhões em juros. Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública.

Colchão

Nos últimos meses, o Tesouro tinha intensificado a emissão de títulos públicos para recompor o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos). Depois de cair para R\$ 969,3 bilhões em abril, essa reserva subiu para R\$ 1,036 trilhão em maio.

Atualmente, o colchão cobre cerca de 9,6 meses de vencimentos da dívida pública. Até o fim de 2021, está previsto o vencimento de R\$ 640,9 bilhões em títulos federais.



Terça, 29 de Junho de 2021 - 08:00

Com risco de crise hídrica, Aneel anuncia nesta terça aumento na conta de luz

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou que a conta de luz deverá seguir com a taxa extra mais elevada no mês de julho. Caso seja confirmado, esse será o terceiro aumento de 2021. Nesta terça (29), a Aneel fará reunião para definir o novo valor da taxa.

O Brasil paga o valor da bandeira vermelha patamar dois, com tarifa de R\$ 6,24 a mais a cada 100 quilowatts/hora (kWh) consumidos.

O sistema de bandeiras tarifárias aponta o custo real da energia gerada. O funcionamento, com as cores verde, amarela ou vermelha (patamar 1 e 2), indica se a energia custará mais ou menos em função das condições de geração.

A principal razão para o aumento é a seca nas principais bacias hidrográficas que abastecem o país, por causa de um baixo de volume de chuvas na região dos reservatórios do Sudeste e Centro-Oeste. Esse é o menor volume registrado nos últimos 91 anos.

Veículo: Política Livre	
Data: 29.06.2021	Caderno: Economia

28 de junho de 2021 | 21:46

Municípios baianos receberão R\$ 52,6 milhões em emendas para a saúde

BAHIA

O Ministério da Saúde habilitou 65 municípios da Bahia a receberem recursos de emendas parlamentares destinados à atenção básica em saúde, especialmente no combate à pandemia de covid-19. A portaria foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira (28).

Ao todo, as prefeituras receberão R\$ 52,6 milhões. Os valores variam de R\$ 30 mil a R\$ 1 milhão, dependendo do município. O repasse será feito do Fundo Nacional de Saúde para os respectivos fundos municipais, em até seis parcelas.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 28/06/2021 | Edição: 119 | Seção: 1 | Página: 83

Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 1.379, DE 25 DE JUNHO DE 2021

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos referentes ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios

de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que trata da Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde.

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.263, de 18 de junho de 2021, que dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos fundos de saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2021, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 1.263, de 18 de junho de 2021.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.portalfns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

Entes habilitados a receberem recursos federais de emendas destinados ao incremento temporário ao custeio dos serviços de Atenção Especializada à Saúde

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R\$)	CÓD. EMENDA	VALOR POR EMENDA (R\$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	CNES	VALOR (R\$)
BA	ALAGOINHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000368237202100	1.000.000,00	12700001	1.000.000,00	1030250182E900029	3219003	1.000.000,00
BA	AMARGOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AMARGOSA	36000370478202100	300.000,00	36940003	300.000,00	1030250182E900029	5473853	300.000,00
BA	ARACI	FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000361554202100	569.500,00	27420003	569.500,00	1030250182E900029	4021886	569.500,00
BA	BARRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA	36000374578202100	136,00	30610002	136,00	1030250182E900029	6816398	136,00
BA	BELO CAMPO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BELO CAMPO	36000357710202100	482.000,00	27390008 37520005	250.000,00 232.000,00	1030250182E900029 1030250182E900029	3011089 3011089	250.000,00 232.000,00
BA	BOQUIRA	FUNDO MUNICIPAL DE	36000363923202100	250.000,00	24710011	250.000,00	1030250182E901977	6465404	250.000,00

		SAUDE DO MUNICIPIO DE BOQUIRA							
BA	BRUMADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRUMADO	36000371487202100	700.000,00	41790004 13390003 36940003	200.000,00 400.000,00 100.000,00	1030250182E900029 1030250182E900029 1030250182E900029	6427758 6427758 6427758	200.000,00 400.000,00 100.000,00
BA	CAMACARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMACARI	36000363268202100	900.000,00	40170006	900.000,00	1030250182E900029	6410413	900.000,00
BA	CAMACARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMACARI	36000363276202100	200.000,00	37380006	200.000,00	1030250182E900029	6410413	200.000,00
BA	CANDEIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANDEIAS	36000365219202100	100.000,00	30610002	100.000,00	1030250182E900029	6410022	100.000,00
BA	CANDIDO SALES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANDIDO SALES	36000370529202100	200.000,00	41790004	200.000,00	1030250182E900029	4024044	200.000,00
BA	CARINHANHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARINHANHA	36000369262202100	295.000,00	41900007	295.000,00	1030250182E900029	6503705	295.000,00
BA	CICERO DANTAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000361013202100	400.000,00	37270003	400.000,00	1030250182E900029	2301725	400.000,00

		DE CICERO DANTAS							
BA	COARAC I	FUNDO MUNICIP AL DE SAUDE - FUNSAU DE	360003569152 02100	170.000, 00	401700 06	170.000, 00	1030250182E9 00029	65725 53	170.000, 00
BA	CONCEI CAO DO JACUIPE	FUNDO MUNICIP AL DE SAUDE DE CONCEI CAO DO JACUIPE	360003564792 02100	300.000, 00	417900 04	300.000, 00	1030250182E9 00029	25264 33	300.000, 00
BA	CORIBE	FUNDO MUNICIP AL DE SAUDE	360003569302 02100	377.436, 00	326200 03	377.436, 00	1030250182E9 00029	65311 99	377.436, 00
BA	CRUZ DAS ALMAS	FUNDO MUNICIP AL DE SAUDE DE CRUZ DAS ALMAS	360003565012 02100	900.000, 00	417900 04	900.000, 00	1030250182E9 00029	25505 63	900.000, 00
BA	EUCLIDE S DA CUNHA	FUNDO MUNICIP AL DE SAUDE DE EUCLIDE S DA CUNHA	360003563012 02100	600.000, 00	401700 06	600.000, 00	1030250182E9 00029	24012 31	600.000, 00
BA	EUNAPO LIS	FUNDO MUNICIP AL DE SAUDE DE EUNAPO LIS	360003645822 02100	2.250.00 0,00	309100 05 246800 17	2.000.00 0,00 250.000, 00	1030250182E9 00029 1030250182E9 00029	71892 73 71892 73	2.000.00 0,00 250.000, 00
BA	FEIRA DE SANTAN A	FUNDO MUNICIP AL DE SAUDE DE FEIRA DE SANTAN A	360003583112 02100	700.000, 00	260100 07	700.000, 00	1030250182E9 00029	60585 07	700.000, 00

BA	GANDU	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	36000362778202100	700.000,00	40170006	700.000,00	1030250182E900029	6410707	700.000,00
BA	IBIPITANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE IBIPITANGA	36000363460202100	353.424,00	27420003	353.424,00	1030250182E900029	6466044	353.424,00
BA	IBOTIRAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000356470202100	450.000,00	28710003 24680017	300.000,00 150.000,00	1030250182E900029 1030250182E900029	2800705 2800705	300.000,00 150.000,00
BA	ILHEUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ILHEUS	36000363031202100	200.000,00	24680017	200.000,00	1030250182E900029	6365361	200.000,00
BA	INHAMBUEPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INHAMBUEPE	36000362211202100	419.996,00	35680007	419.996,00	1030250182E902090	5386985	419.996,00
BA	IRARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRARA	36000369424202100	500.000,00	36940003	500.000,00	1030250182E900029	3997480	500.000,00
BA	IRECE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRECE - FUMSAUDE	36000367647202100	350.000,00	36940003 24680017	250.000,00 100.000,00	1030250182E900029 1030250182E900029	6249817 6249817	250.000,00 100.000,00
BA	ITABERABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITABERABA	36000381889202100	200.000,00	30610002	200.000,00	1030250182E900029	6616747	200.000,00
BA	ITABUNA	FUNDO	360003648272	100.000,00	417000	100.000,00	1030250182E9	25255	100.000,00

	A	MUNICIPAL DE SAUDE DE ITABUNA - SMS	02100	00	05	00	02102	69	00
BA	ITACARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITACARE	36000380008202100	60.000,00	36940003	60.000,00	1030250182E900029	2526557	60.000,00
BA	JACOBINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JACOBINA	36000364730202100	600.000,00	13390003	600.000,00	1030250182E900029	6360246	600.000,00
BA	JAGUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNSAUDE	36000364526202100	200.000,00	30610002	200.000,00	1030250182E900029	4027876	200.000,00
BA	JAGUARARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000360454202100	939.135,00	28710003	939.135,00	1030250182E900029	7575386	939.135,00
BA	JEQUIE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JEQUIE	36000378793202100	220.385,00	30610002	128.966,00	1030250182E900029	6424449	128.966,00
					36940003	91.419,00	1030250182E900029	5164966	91.419,00
BA	JUAZEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000371231202100	1.400.000,00	41790004	300.000,00	1030250182E900029	6776302	300.000,00
					27370010	1.000.000,00	1030250182E900029	6776302	1.000.000,00
					24680017	100.000,00	1030250182E900029	6776302	100.000,00
BA	LAURO DE FREITAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAURO DE FREITAS	36000375839202100	2.200.000,00	39060001	1.000.000,00	1030250182E900029	6716504	1.000.000,00
					30610002	100.000,00	1030250182E900029	6716504	100.000,00
					40170006	500.000,00	1030250182E900029	6716504	500.000,00
					24680017	100.000,00	1030250182E900029	6716504	100.000,00
					35680009	500.000,00	1030250182E902156	6716504	500.000,00

BA	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000369472202100	600.000,00	36940003 32620003	300.000,00 300.000,00	1030250182E900029 1030250182E900029	6413609 6413609	300.000,00 300.000,00
BA	LUIS EDUARDO MAGALHAES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUIS EDUARDO MAGALHAES	36000380750202100	100.000,00	30610002	100.000,00	1030250182E900029	6244149	100.000,00
BA	MARACAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000361323202100	500.000,00	27390008	500.000,00	1030250182E900029	2493799	500.000,00
BA	MARAGOGIPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000356347202100	500.000,00	41790004	500.000,00	1030250182E900029	3965031	500.000,00
BA	MATA DE SAO JOAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000371493202100	1.000,00	38980009	1.000,00	1030250182E902178	7085540	1.000,00
BA	MONTE SANTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000361930202100	10.045,00	12700001	10.045,00	1030250182E900029	6787266	10.045,00
BA	NOVA SOURE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA SOURE	36000356158202100	980.000,00	40170006 27450002	800.000,00 180.000,00	1030250182E900029 1030250182E900029	6592686 6592686	800.000,00 180.000,00

B A	PARAMIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAMIRIM	36000369994202100	750.000,00	27390008 13390003 37520005	250.000,00 200.000,00 300.000,00	1030250182E900029 1030250182E900029 1030250182E900029	6449018 6449018 6449018	250.000,00 200.000,00 300.000,00
B A	PINDOBACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PINDOBACU	36000369112202100	400.000,00	31660005	400.000,00	1030250182E900029	9154418	400.000,00

		U							
B A	POJUCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000362491202100	200.000,00	41790004	200.000,00	1030250182E900029	6395929	200.000,00
B A	PONTO NOVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000359320202100	600.000,00	41790004	600.000,00	1030250182E900029	6416683	600.000,00
B A	PRESIDENTE JANIO QUADROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRESIDENTE JANIO QUADROS	36000363565202100	98.246,00	32620003	98.246,00	1030250182E900029	4030192	98.246,00
B A	QUEIMADAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUMSAUDE	36000368804202100	405.000,00	41900007	405.000,00	1030250182E900029	6431526	405.000,00
B A	QUIJINGUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUIJINGUE	36000356291202100	677.345,00	12700001 27450002	500.000,00 177.345,00	1030250182E900029 1030250182E900029	6420257 6420257	500.000,00 177.345,00
B A	RAFAEL JAMBEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RAFAEL JAMBEIRO	36000368708202100	40.000,00	36940003	40.000,00	1030250182E900029	6425305	40.000,00
B A	RIO REAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO REAL	36000357851202100	200.000,00	30610002	200.000,00	1030250182E900029	6296955	200.000,00
B A	SALVADOR	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO DA BAHIA	36000358096202100	300.000,00	26010007	300.000,00	1030250182E900029	2390043	300.000,00
B A	SALVADOR	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO DA BAHIA	36000359047202100	300.000,00	41280002	300.000,00	1030250182E900029	2799286	300.000,00
B A	SALVADOR	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO DA BAHIA	36000361646202100	100.000,00	31660005	100.000,00	1030250182E900029	2802104	100.000,00
B A	SALVADOR	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO DA BAHIA	36000377737202100	6.139.993,00	40800002	6.139.993,00	1030250182E900029	7106521	6.139.993,00

		DO ESTADO DA BAHIA							
B A	SALVAD OR	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO DA BAHIA	36000382552202100	1.500.000,00	41280011	1.500.000,00	1030250182E900029	2525933	1.500.000,00
B A	SALVAD OR	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO DA BAHIA	36000382559202100	1.500.000,00	41280011	1.500.000,00	1030250182E900029	2799286	1.500.000,00
B A	SALVAD OR	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO DA BAHIA	36000382596202100	200.000,00	27370010	200.000,00	1030250182E900029	2799839	200.000,00
B A	SALVAD OR	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO DA BAHIA	36000382607202100	500.000,00	27370010	500.000,00	1030250182E900029	2301601	500.000,00
B A	SALVAD OR	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO DA BAHIA	36000384986202100	1.700.000,00	40720001	1.700.000,00	1030250182E900029	3048209	1.700.000,00
B A	SALVAD OR	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO DA BAHIA	36000385008202100	1.500.000,00	40720001	1.500.000,00	1030250182E900029	2799731	1.500.000,00
B A	SALVAD OR	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO DA BAHIA	36000385016202100	1.000.000,00	40720001	1.000.000,00	1030250182E900029	2772280	1.000.000,00
B A	SALVAD OR	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO DA BAHIA	36000385021202100	1.261.000,00	40720001	1.261.000,00	1030250182E900029	2525569	1.261.000,00
B A	SALVAD OR	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE DO ESTADO DA BAHIA	36000385034202100	2.678.994,00	40720001	2.678.994,00	1030250182E900029	2802112	2.678.994,00
B A	SALVAD OR	PMS/SMS/FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000360875202100	100.000,00	31660005	100.000,00	1030250182E900029	0004278	100.000,00

B A	SALVAD OR	PMS/SMS/F UNDO MUNICIPAL DE SAUDE	360003641042 02100	1.000.000 ,00	27390 008	1.000.00 0,00	1030250182E9 00029	6385 907	1.000.00 0,00
B A	SALVAD OR	PMS/SMS/F UNDO MUNICIPAL DE SAUDE	360003641092 02100	500.000,0 0	40200 003	500.000, 00	1030250182E9 00029	6385 907	500.000, 00
B A	SANTA MARIA DA VITORIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	360003568592 02100	700.000,0 0	32620 003	700.000, 00	1030250182E9 00029	6799 132	700.000, 00
B A	SANTAL UZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTALUZ	360003688672 02100	639.993,0 0	30910 005	639.993, 00	1030250182E9 00029	6757 405	639.993, 00
B A	SANTAL UZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTALUZ	360003688702 02100	500.000,0 0	35680 008	500.000, 00	1030250182E9 02267	6757 405	500.000, 00
B A	SANTAN A	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	360003593792 02100	300.000,0 0	41790 004 37270 003	100.000, 00 200.000, 00	1030250182E9 00029 1030250182E9 00029	6556 434 6556 434	100.000, 00 200.000, 00
B A	SANTO ESTEVA O	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ESTEVAO	360003650352 02100	1.000.000 ,00	41900 007	1.000.00 0,00	1030250182E9 00029	6483 917	1.000.00 0,00
B A	SAO FELIPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	360003565042 02100	500.000,0 0	41790 004	500.000, 00	1030250182E9 00029	3564 061	500.000, 00
B A	SAO FRANCIS CO DO CONDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO FRANCISCO DO CONDE	360003786632 02100	250.000,0 0	30610 002 24680 017	150.000, 00 100.000, 00	1030250182E9 00029 1030250182E9 00029	2520 184 2520 184	150.000, 00 100.000, 00
B A	SAO SEBASTI AO DO PASSE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	360003838312 02100	150.000,0 0	30610 002	150.000, 00	1030250182E9 00029	6342 795	150.000, 00
B A	SAUBAR A	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	360003641562 02100	59.763,00	37270 003	59.763,0 0	1030250182E9 00029	6761 925	59.763,0 0
B A	SENTO SE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	360003647172 02100	400.000,0 0	41790 004	400.000, 00	1030250182E9 00029	6453 821	400.000, 00

B A	SERRIN HA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERRINHA	360003593032 02100	300.000,0 0	41790 004	300.000, 00	1030250182E9 00029	6397 204	300.000, 00
B A	SERRIN HA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERRINHA	360003593132 02100	200.000,0 0	30610 002	200.000, 00	1030250182E9 00029	6397 204	200.000, 00
B A	TEOLAN DIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TEOLANDI A	360003618422 02100	300.000,0 0	40170 006	300.000, 00	1030250182E9 00029	6671 608	300.000, 00
B A	TEOLAN DIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TEOLANDI A	360003637082 02100	30.000,00	40170 006	30.000,0 0	1030250182E9 00029	6671 608	30.000,0 0
B A	UAUA	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE UAUA	360003563102 02100	200.000,0 0	37520 005	200.000, 00	1030250182E9 00029	6749 518	200.000, 00
B A	VEREDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	360003589542 02100	160.000,0 0	36940 003	160.000, 00	1030250182E9 00029	6452 078	160.000, 00
TOTAL			84 PROPOSTAS	52.617.39 1,00					

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Opinião do GLOBO

Reforma tributária do governo é tímida e insatisfatória

O Brasil precisa de uma transformação na estrutura de tributos para voltar a crescer

Numa tentativa óbvia de desviar a atenção da CPI da Covid, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), recebeu Paulo Guedes, ministro da Economia, na sexta-feira. Guedes entregou o segundo projeto de lei de reforma tributária, propondo reajuste na tabela do Imposto de Renda de Pessoas Físicas e Jurídicas e alterando a tributação de lucros e dividendos. Em 2020, os deputados já haviam recebido o projeto que cria a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS) em substituição a dois tributos federais: PIS e Cofins.

De todos os ângulos por onde se olha, as propostas do governo têm problemas. Elevar o valor da faixa de isenção do IR é medida claramente eleitoreira. As mudanças propostas para grandes empresas, se aprovadas, afastarão investimentos, com aumento provável na já insustentável carga tributária.

Para quem não é empresário nem tributarista, o debate sobre a reforma parece mais uma sopa de letrinhas, com um número infindável de siglas. Vista à distância, ela fica mais compreensível. Na corrida das nações, o Brasil é aquele atleta com potencial, mas sempre re-

tardatário. O crescimento do PIB per capita é baixo há várias décadas. Enquanto outros emergentes encurtam a distância que os separa do padrão de vida nas economias avançadas, seguimos com freio de mão puxado. Entre as principais razões está a barafunda de normas e leis que regem os impostos.

Há tantas regras e exceções que as empresas são obrigadas a gastar tempo e recursos absurdos só para administrar tudo que têm a pagar. De acordo com avaliações internacionais, somos o país de maior complexidade tributária e aquele onde se gasta mais tempo gerindo os impostos (sem falar no que se paga). Com leis tão complicadas, é comum haver interpretações conflitantes entre o Fisco e as companhias, gerando custos jurídicos colossais. O contencioso tributário no Brasil era de R\$ 5,4 trilhões em 2020, 75% do PIB. É uma fortuna que poderia ser investida em tecnologia e maior produtividade.

Outro efeito nefasto do atraso tributário é a guerra fiscal entre estados. Empresas decidem onde investir não com base na eficiência do negócio, mas nos incentivos. As propostas apresentadas pelo governo, ainda que possam ter um

ou outro ponto positivo, não mexem nesse problema estrutural, apesar de haver uma negociação avançada entre os estados para isso, adotando os princípios da PEC 45, de autoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), com base em estudos do economista Bernard Appy. Até há pouco, o debate no Congresso girava em torno de como compensar eventuais perdas. Uma solução de compromisso resultou no relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) na Comissão Especial, que preservava a ideia de promover uma mudança robusta, substituindo por um só cinco impostos nas esferas federal, estadual e municipal (IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS). Lira encerrou a comissão, lançando a proposta no limbo.

No lugar dela, surgiu a tímida CBS e a estratégia de fatiar a reforma, caminho para mais um “puxadinho”. Anunciada com alíquota única de 12%, agora a CBS poderá variar para diferentes setores, numa tentativa mal disfarçada de aumentar a carga tributária, sem alterar a complexidade do sistema. O Brasil precisa e merece mais do que o governo apresentou. Uma reforma que ataque os nossos problemas é crucial para a economia. Não é a de Guedes.

Vereadores vão votar projeto de cortes de incentivos fiscais

Reforma tributária proposta pode aumentar em R\$ 500 milhões a arrecadação do município este ano, diz Secretaria de Fazenda

GABRIEL SABÓIA
gabriel.saboi@oglobo.com.br

Considerada uma das “tábuas de salvação” para os cofres da prefeitura, a reforma tributária do município entrará em pauta hoje, em primeira discussão, na Câmara Municipal da capital. O projeto, de autoria do Poder Executivo, prevê a redução temporária de 20% nos benefícios concedidos a 25 setores, no que se refere aos valores pagos de ISS. Desta forma, os empresários que não se

enquadram no Cadastro Simples Nacional (esquema de tributação que abrange micro e pequenos negócios) terão que pagar mais imposto enquanto o município não recuperar seu caixa.

De acordo com o secretário municipal de Fazenda, Pedro Paulo, a reforma provocará um aumento de R\$ 500 milhões na arrecadação municipal este ano. Até 2024, a projeção é de que a receita cresça R\$ 1,6 bilhão. O texto apresentado à Câmara fala em “tornar o am-

biente de negócios mais agradável e desburocratizar processos”. Apesar disso, o projeto de lei é alvo de algumas críticas e receberá emendas. O vereador Chico Alencar (PSOL) cita pontos que considera “sensíveis”:

— É um projeto com boas iniciativas para rever a política de benefícios fiscais da cidade, é verdade, mas ainda falta para que possamos considerar “uma reforma tributária”. Para além disso, existem pontos um tanto inaceitáveis. Entre aqueles que perderão

incentivos, por exemplo, estão os produtores culturais. Isso vem em um momento de crise para esse setor, em uma cidade que tem uma identificação enorme com esses trabalhadores — diz.

EDUCAÇÃO NA MIRA

Ponto mais polêmico do pacote apresentado, o projeto de lei também prevê o fim de isenções tributárias a 50 escolas particulares de grande porte que concedem vagas e bolsas integrais em creches e no ensi-

no médio (cuja responsabilidade é do governo estadual) a alunos egressos de escolas públicas. A medida, segundo a prefeitura, geraria uma receita de R\$ 17 milhões por ano. Atualmente, mais de mil estudantes se mantêm em unidades particulares graças à concessão do benefício.

O governo municipal argumenta que esses alunos não perderão as suas vagas em unidades particulares e poderão concluir o ciclo escolar, caso a medida seja aprovada. No entanto, o

projeto de concessão de bolsas escolares tende a ser descontinuado.

EXTINÇÃO TEMPORÁRIA

De forma geral, a reforma tributária proposta pelo Executivo estabelece a suspensão de benefícios fiscais até 2027 e autoriza o município a fazer revisões caso a caso. Além disso, prevê uma bonificação para contribuintes adimplentes com o IPTU e cria mecanismos para atrair de volta para o Rio empresários que recolhem ISS em outras cidades do estado.

Para estimular o retorno desses empresários, a prefeitura pretende oferecer descontos de até 80% sobre os valores de multas ainda pendentes com o município.

ESFORÇO CONCENTRADO

CRISE HÍDRICA

Ministro pede economia de energia e água. MP dá mais poderes à pasta

MANOEL VENTURA
E HENRIQUE GOMES BATISTA
economa@globo.com.br
BRASÍLIA SÃO PAULO

Diante da pior seca na região das hidrelétricas, que ameaça o fornecimento de energia no Brasil, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, fez ontem um pronunciamento em rede nacional de rádio e televisão no qual pede que os consumidores de todo o país economizem eletricidade e água e disse que a situação do país é diferente da do racionamento ocorrido há 20 anos. Albuquerque disse que o sistema elétrico nacional é "robusto" e capaz de garantir o fornecimento de energia para os cidadãos. A fala do ministro foi ao ar horas depois de o governo publicar uma medida provisória (MP) para lidar com a crise e centralizar no MME a gestão das ações para garantir o fornecimento de energia no país.

— Para aumentar nossa segurança energética, é fundamental que, além dos setores do comércio, de serviços e da indústria, a sociedade brasileira, todo cidadão-consumidor, participe desse esforço, evitando desperdícios no consumo de energia elétrica. Com isso, conseguiremos minimizar os impactos no dia a dia da população — disse o ministro, afirmando que o uso consciente reduzirá o custo de energia. — O uso consciente e responsável de água e energia, reduzirá consideravelmente a pressão sobre o sistema elétrico, diminuindo também o custo da energia gerada.

Hoje, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) irá



Foto: Bento Albuquerque fez seu primeiro pronunciamento em rede de rádio e TV: avaliação de governo é que era preciso tranquilizar a população sobre a crise



"O uso consciente e responsável de água e energia, reduzirá consideravelmente a pressão sobre o sistema elétrico, diminuindo também o custo da energia gerada"

Bento Albuquerque, ministro de Minas e Energia

anunciar um reajuste nas bandeiras tarifárias, uma sobretaxa nas contas de luz acionada quando o custo de geração de energia sobe. Atualmente, a bandeira vermelha nível 2, a mais cara, custa R\$ 6,24 a cada cem quilowatts-hora (kWh) consumidos. O valor deve aumentar significativamente, e o impacto da conta de luz na inflação tende a ser ainda maior.

DIFERENTE DE 2001

O ministro afirmou que o Brasil enfrenta uma das piores secas de sua história e que a escassez de água que atinge as hidrelétricas — em especial no Sudeste e no

Centro-Oeste — é a maior dos últimos 91 anos.

— Esse quadro provocou a natural preocupação de muitos brasileiros com a possibilidade de racionamento de energia, como aconteceu em 2001 — admitiu o ministro.

Albuquerque afirmou, porém, que o sistema elétrico brasileiro evoluiu muito nos últimos anos, com a construção de linhas de transmissão que permitiram a interligação do sistema em escala nacional.

— Ao mesmo tempo, reduzimos nossa dependência das usinas hidrelétricas de 85% para 61%, com a expan-

são das usinas de fontes limpas e renováveis, como eólica, solar e biomassa, além de termelétricas a gás natural e nucleares. Hoje temos um setor elétrico robusto, que nos traz garantia do fornecimento de energia elétrica aos brasileiros — afirmou.

Esse foi o quarto pronunciamento em rádio e TV de um ministro do governo Jair Bolsonaro e o primeiro de Bento Albuquerque. A decisão de se manifestar em rede nacional foi tomada em razão da avaliação de que era necessário demonstrar publicamente segurança à população sobre o fornecimento de energia elétrica,

ca, apesar da crise hídrica.

A leitura dentro do governo é que é preciso passar um sinal claro para a população sobre a situação dos reservatórios e unificar o discurso, mas sem criar pânico. Nas últimas semanas, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tem falado na necessidade de racionamento, o que é descartado pelo governo.

O ministro disse que, para enfrentar a situação, o governo vem atuando em várias frentes, desde o ano passado. Albuquerque também relatou que está negociando com a indústria um programa voluntário que incentiva as empresas a deslocarem o consumo dos horários de maior demanda de energia para os de menor consumo, "sem afetar a sua produção e o crescimento econômico do país":

— É com serenidade, portanto, que tranquilizamos a todos. Estamos certos de que, juntos, superaremos esse período desafiador e transitório.

Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), destaca que o ministro não se comprometeu descartando o risco de racionamento, mas pediu que a população colabore:

— Podemos resumir assim: o ministro avisou à nação que o gato subiu no telhado — brincou o especialista. — Está pedindo a ajuda de todos.

Entretanto, afirma Pires, mais uma vez, foi pedido um sacrifício para as famílias e pequenos consumidores, para que "evitem o desperdício".

— Novamente o pequeno consumidor será o mais penalizado. Se compararmos de 2012 a 2020, a inflação média do país foi de 60%, mas a tarifa de energia para o pequeno consumidor subiu 104%, enquanto para os grandes consumidores foi de 54%, ou seja, os pequenos consumidores estão subsidiando os grandes consumidores de energia.

Luiz Barroso, presidente da PSR energia, afirmou que a MP foi um passo importante na gestão da crise:

— É importante não minimizar a gravidade da crise.

Governo permite contratação emergencial de eletricidade

Texto da MP concentra no ministério a tomada de decisão sobre gestão de reservatórios, acima de agência e do Ibama

BRASÍLIA

A medida provisória (MP) publicada ontem pelo governo permite a contratação emergencial de energia elétrica, como forma de garantir a segurança do fornecimento no país. O texto fala em “procedimentos competitivos simplificados” para contratos de compra de energia. A MP concentra poderes no Ministério de Minas e Ener-

gia (MME), que terá autoridade sobre outros órgãos federais.

O texto não especifica fontes que podem ser acionadas em caráter emergencial, abrindo a possibilidade para contratação do que estiver disponível e hoje está fora do sistema. Como O GLOBO já mostrou, o governo está negociando a contratação de energia por termelétricas a biomassa, que hoje não fa-

zem parte do Sistema Interligado Nacional (SIN).

A MP cria a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (Creg). O objetivo desse colegiado será “estabelecer medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroener-

gético no país”. As medidas não são detalhadas na MP.

Esse grupo poderá definir diretrizes obrigatórias e, em caráter excepcional e temporário, estabelecer limites de uso, armazenamento e vazão das hidrelétricas e eventuais medidas mitigadoras associadas.

ENCARGO NA CONTA DE LUZ

Com isso, a MP tira poderes da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Ibama na

gestão dos reservatórios, por conta da crise.

Embora o grupo comandado pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, seja composto também pelos ministros da Economia, da Agricultura, da Infraestrutura e do Meio Ambiente, a MP diz que o MME terá poderes para definir medidas de forma individual, antes das deliberações com o restante das autoridades.

Uma das principais medidas para a crise é a redução das vazões das hidrelétricas. Com isso, as barragens passam a liberar menos água que o previsto nas diretrizes de operação da usina. O objetivo é guardar água e chegar ao período úmido, previsto para começar em novembro, com um mínimo de volume nos reservatórios.

A MP permite à Câmara requisitar e estabelecer prazos para encaminhamento de informações e subsídios técnicos a agentes do setor elétrico.

A medida provisória diz ainda que os custos previstos com as medidas serão cobertos por meio de um encargo nas contas de luz. (Manoel Ventura)

AÇÕES JÁ ADOTADAS PARA ENFRENTAR O PROBLEMA

1 Reserva de água para gerar energia de hidrelétrica

Uma das principais medidas que vem sendo adotada é preservar água para geração de energia em hidrelétricas. Com isso, as barragens passam a liberar menos água para outros usos que o previsto nas diretrizes de operação da usina. O objetivo é chegar ao período úmido, previsto para começar em novembro, com um mínimo de volume nos reservatórios.

2 Acionamento de usinas termelétricas

Para garantir o suprimento, o governo liberou o acionamento de todas as termelétricas disponíveis no sistema. Como essas usinas são mais caras que as hidrelétricas, isso encarece as contas de luz e deve influenciar outros indicadores, especialmente a inflação. O MME também está em busca de mais usinas para ampliar a capacidade do sistema.

3 Importação de energia de Uruguai e Argentina

O governo também está importando energia do Uruguai e da Argentina, como forma de ampliar a capacidade do sistema nacional de energia e economizar água dos reservatórios. A energia vinda desses países supre principalmente estados da Região Sul. O Ministério de Minas e Energia ainda tenta importar energia de outros países.

4 Compensação para a redução de consumo nos horários de pico

A indústria está negociando com o governo uma compensação financeira (como um desconto nas suas contas de luz) para reduzir o consumo nos horários de pico, concentrados durante o período da tarde nos dias úteis. É uma forma de evitar sobrecarregar o sistema. A intenção é de reduzir pelo menos 5% do consumo em horários determinados.

MÍRIAM
LEITÃO

blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao
 miriamleitao@oglobo.com.br
 Com Alvaro Gribel (de São Paulo)



Bolsonaro tem explicação a dar

O jogo mudou. Com a notícia-crime protocolada por três senadores, o presidente terá que dar as respostas que tem se negado a apresentar desde que o assunto veio à tona. A resposta “eu não tenho como saber o que acontece nos ministérios” não melhora a vida de Bolsonaro. Ele foi informado por um deputado da base sobre o que estava acontecendo. O presidente já começou a ser abandonado e é assim que acontece nesses casos. Ele vai usar toda a sua agressividade e capacidade de gerar crises, mas não será suficiente se ele não tiver boas respostas para as questões levantadas na CPI da Covid.

Tudo isso acontece num momento ruim

na economia. O aumento da bandeira vermelha 2 pode superar 70%, o que vai impactar novamente a conta de luz e a inflação. Os preços já estão altos e isso piora a qualidade da vida. O fanatismo alimentado com as exibições de motos pelas cidades do Brasil não é o suficiente. O país tem quase 15 milhões de desempregados, a inflação está alta, a energia sobe e há risco de racionamento. E a resposta do governo é baixar uma MP dando mais poderes ao ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque.

Todas as linhas de investigação da CPI vão direto ao presidente. A estratégia da imunidade de rebanho que elevou o número de mortes, os atrasos e descasos na compra de vacinas, a disseminação dos remédios ineficazes. E agora, a corrupção. Esta também vai direto para o colo do presidente, porque ele soube pelo deputado Luis Miranda (DEM-DF) e pelo servidor Luis Ricardo Miranda de cada uma das suspeitas, e nada fez.

A longa sessão da CPI na sexta-feira trouxe por fim o nome sabido do deputado Ricardo Barros (PP-PR), outro fio que liga diretamente ao palácio, afinal é o líder do governo na Câmara. As denúncias de corrupção ocorrem em área sensível. O que o país mais queria era vacina. Bolsonaro tripudiu sobre esse nosso desejo. Deixou de comprar e tentou minar a confiança nos imuni-

zantes. Disse numa entrevista ao filho Eduardo, em 19 de dezembro, que a pandemia estava acabando e não havia pressa da vacina. Mas houve pressa, três meses depois, a ponto de pressionar um funcionário público a assinar um documento inaceitável. Tudo o que Bolsonaro fez contra as vacinas e a proteção da vida humana só aumenta a gravidade do que houve no Ministério da Saúde.

Todas as linhas de investigação da CPI vão direto a Bolsonaro, e sua base no Congresso já se pergunta até quando vale a pena apoiá-lo

Um esquema tentou tirar proveito na compra de uma vacina duvidosa e superfaturada. Informado dos fatos, o presidente demonstrou que suspeitava de Ricardo Barros. Os dois se conhecem de muitas décadas. Num voto de medida de ajuste fiscal, no segundo mandato de Fernando Henrique, a dupla se desentendeu e Bolsonaro acusou Barros de tentar chantageá-lo. Esse conflito foi contado na coluna de política do Globo, no dia 20 de Janeiro de 1999. O presidente, portanto, conhece de velha data o seu líder.

Bolsonaro criou para esta campanha uma imagem falsa de si mesmo. A de pessoa anticorrupção, um militar de valores cristãos e contra os políticos. Tudo falso. Sua vida militar foi um fiasco. Ele ficou 30 anos no Con-

gresso e apenas 11 anos no Exército. Passou pelos partidos envolvidos em inúmeros casos de corrupção. Seu governo já teve vários escândalos. Rachadinha e compra de imóveis com dinheiro vivo pelos filhos, cheque na conta da mulher de Bolsonaro, um ministro cercado de laranjas, outro ministro acusado de contrabando de madeira e defesa de infratores ambientais, compra inexplicável de uma mansão por Flávio, um foragido da Justiça escondido na casa do advogado de Flávio. Bolsonaro é o estelionato ambulante.

Os políticos que sustentam Bolsonaro começam agora a se perguntar quanto pode custar estar nessa companhia. O ciclo de fuga do presidencialismo de coalizão produz o afastamento de um governante quando ele se torna impopular. O presidente da Câmara, Arthur Lira, é inimigo de Renan Calheiros em Alagoas, portanto ele vai tentar remar no sentido contrário ao da CPI que tanto protagonismo dá a Calheiros. Mas até quanto ele pode apostar do seu capital político defendendo um governo tóxico? Lira acredita no que ouve do mercado financeiro de que a economia vai bem, mas o mercado ganha na alta e na baixa, e faz apostas de curto prazo, um político precisa ter um olhar longo. A economia que interessa às pessoas está com várias más notícias.

Tributarista prevê aumento de arrecadação com nova reforma de Guedes



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

ROSANA HESSEL A segunda etapa da reforma tributária do ministro da Economia, Paulo Guedes, não para de criar polêmicas e poderá aumentar a **arrecadação** sem o governo fazer o dever de casa e cumprir o que prometeu quando tomou posse: cortar despesa e acabar com a má alocação de recurso. De acordo com levantamento feito pelo advogado tributarista Ilan Gorin, os cofres da União poderão engordar em, pelo menos, R\$ 210 bilhões, apenas com algumas mudanças feitas na tributação para empresas.

'Essa proposta de reforma tributária é um horror. Além de aumentar a carga tributária ainda cria mais burocracia para as empresas', resumiu Gorin, em entrevista ao Blog. De acordo com o especialista, não existe benefício ao contribuinte com as medidas anunciadas pelo governo na última sexta-feira (25/06), seja pessoa física, seja pessoa jurídica. Ele ainda lembra que o mesmo ocorre com o primeira etapa da reforma proposta pelo ministro Paulo Guedes, que unifica as alíquotas de PIS-Cofins, criando a Contribuição sobre Bens e Serviços em um percentual

maior do que o cobrado atualmente.

As mudanças propostas pela equipe economia devem prejudicar ainda mais as empresas, porque terão uma carga tributária sobre o lucro ampliada de 34% para 43% para as aquelas que fazem a declaração pelo lucro real, pelos cálculos de Gorin. Segundo ele, a receita do governo com Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição sobre o Lucro Líquido (IRPJ-CSLL) poderá aumentar em média 70%. Ele incluiu nessa conta a criação da alíquota de 20% sobre dividendos e o fim da dedução do Juro sobre Capital Próprio (JCP). 'A redução de 5% do Imposto de Renda das empresas e a criação do imposto sobre dividendos em 20% estarão aumentando a carga tributária do IRPJ das empresas em 43% para as de lucro real, e em 112% para as de lucro presumido', afirmou.

Logo, pelos cálculos de Gorin, o governo poderá aumentar a **arrecadação** em torno de R\$ 210 bilhões por ano sobre a receita atual média de R\$ 300 bilhões de IRPJ e CSLL combinados, considerando essa taxa média de 70% de aumento do impacto da reforma para as empresas. 'O governo alega que a perda de receita com a **arrecadação** seria de R\$ 16 bilhões. Mas essa compensação será muito maior, e, portanto, o objetivo dessa proposta é meramente arrecadatatório', avaliou.

No entender do tributarista, essa nova proposta de reforma tributária, assim como a primeira, do CBS, vão na contramão de melhorar o ambiente tributário e a competitividade das empresas brasileiras. 'Uma reforma tributária, para ser justa, precisa manter a carga tributária e não aumentar a **arrecadação**. Os números não mostram equalização. É uma falácia', afirmou.

AL), nomeou o deputado Celso Sabino (PSDB-PA).

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da
Fazenda - Arrecadação

O advogado ressaltou ainda que governo, ao corrigir a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), ampliando o limite de isenção de R\$ 1,9 mil para R\$ 2,5 mil, alega que vai beneficiar 5,6 milhões de brasileiros, o que não é uma verdade absoluta além de haver muita confusão nos números apresentados pela equipe econômica durante a entrega do projeto de lei ao Congresso. 'O governo só vai reincluir essas pessoas na faixa de isenção, onde elas já estavam em 2015 e elas já deveriam continuar não pagando Imposto de Renda. A tabela foi reajustada só na primeira faixa, e, nas demais, em 13%, menos da metade da inflação, de 28%', explicou.

A desculpa dada pelo governo para acabar com a dedução do JCP, criado em 1996 para viabilizar a capitalização de empresas na Bolsa de Valores, de que não houve benefícios, também é equivocada, de acordo com Gorin. 'Sem esse benefício e com a carga tributária das empresas aumentada para 43%, poucos investidores vão preferir trocar o mercado financeiro com 15% de carga pelos negócios próprios com carga triplicada, além de aumentar os juros bancários imensamente', alertou.

De acordo com Gorin, o desconto padrão limitado a salário mensal de R\$ 3 mil 'é a consolidação da injustiça do baixa abatimento de educação e dependentes' e o 'come-cota para fundos fechados e não o escalonamento de alíquotas por tempo do investimento, 'incentivarão as os investimentos especulativos, o que sempre foi evitado para o bem da macroeconomia'. 'A obrigação de balanço trimestral aumenta burocracia', acrescentou.

O projeto de lei enviado pelo Executivo ao Congresso foi denominado PLN 2337/2021 e, para relatoria, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-

Com vendas online em alta, Receita vê aumento de arrecadação de impostos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A pandemia da covid-19 mudou rapidamente o hábito de consumo do brasileiro, que tem ido às compras cada vez mais pela internet. As vendas no comércio eletrônico, também chamado de e-commerce, dispararam até maio deste ano, com crescimento de 153,5% em relação a dois anos atrás, antes da pandemia. A alta nos primeiros cinco meses de 2021 em relação a 2020 já chega a 74,4%.

Até mesmo, produtos, como carnes, motos e carros hoje são adquiridos pela internet. E a tendência é de expansão, segundo a Receita Federal, que, a pedido do Estadão, reuniu as informações sobre o e-commerce e o seu impacto sobre a **arrecadação**, que vem apresentando recuperação forte neste ano.

As operações do comércio eletrônico são monitoradas em tempo real pela Receita e por fiscos estaduais por

meio das notas fiscais eletrônicas. O valor das vendas no e-commerce (para pessoa física, empresas e para compradores no exterior) atingiu R\$ 114,8 bilhões no acumulado de janeiro a maio. Comparado ao mesmo período de 2020, foi observado aumento de 47%. Ante 2019, a alta é de 78%. Do total, R\$ 65,2 bilhões em compras foram feitas por pessoas físicas; R\$ 46,9 bilhões, por empresas; e R\$ 2,7 bilhões por compradores fora do País.

O estudo traz a lista dos produtos mais vendidos, que historicamente é liderada por eletrônicos (como celulares), vestuário e calçados. Chama atenção o crescimento das vendas de alimentos, que ocupam o terceiro lugar desde o ano passado. Produtos farmacêuticos e médicos também estão na lista.

'Muita gente não fazia compras online e, por necessidade, passou a recorrer a essa opção e não saiu mais', diz o secretário da Receita, José Tostes, que vem se surpreendendo não só com o desempenho do e-commerce como também com todas as transações com emissão de notas fiscais eletrônicas.

Segundo ele, a Receita consegue, com as notas eletrônicas, ter um controle maior sobre a sonegação e a evasão fiscal, com influência na **arrecadação**. Para Tostes, a criação dos documentos fiscais eletrônicos permite um ganho de eficiência. O Fisco agora estuda de que forma o aumento das transações rastreadas pelas notas fiscais eletrônicas diminuiu o 'gap tributário' - a diferença entre a **arrecadação** potencial, que poderia ser obtida se não houvesse a evasão, e a **arrecadação** efetivamente realizada.

A tributarista Vanessa Rahal Canado, ex-assessora do ministro da Economia, Paulo Guedes, para reforma tributária, destaca que é preciso diferenciar as lojas físicas que se transformaram em virtuais das plataformas que viabilizam a venda de produtos de terceiros, conhecidas como marketplaces. 'Pequenos comércios passaram a anunciar nas plataformas e usar toda a estrutura delas', diz. Para ela, a diminuição da sonegação vai depender das regras dos marketplaces para evitar responsabilização futura.

De janeiro a maio, o valor das vendas feitas com nota fiscal eletrônica somou R\$ 4,37 trilhões, uma alta 40% ante o ano passado. Desse total, R\$ 1,78 trilhão é referente ao comércio. Até maio, a participação do e-commerce nesse total de vendas subiu de 4,9%, em 2019, para 6,5%. 'São dados impressionantes que mostram uma atividade econômica pujante em 2021 quando comparada à de dois anos atrás. É economia real', afirma o secretário.

Os dados de maio da **arrecadação** ainda não foram divulgados. Em abril, a **arrecadação** das receitas administradas (impostos e contribuições) cresceu 43% em relação ao mesmo mês do de 2020. O ministro Guedes, já antecipou que os resultados de maio serão positivos.

O coordenador de Previsão e Análise da Receita, Marcelo Gomide, diz que a **arrecadação** tem tido um crescimento robusto, e que o aumento não se deve apenas por causa da base reprimida em relação a 2020, devido aos efeitos do início da pandemia e da suspensão do pagamento dos impostos. 'A **arrecadação** tem um comportamento ascendente', diz Gomide, que destaca, sobretudo, o crescimento expressivo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, tributos que incidem sobre o lucro das empresas. 'O aumento se deu em grande parte por ajustes que as empresas fizeram por conta da pandemia, de custos em geral', diz. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Veja também

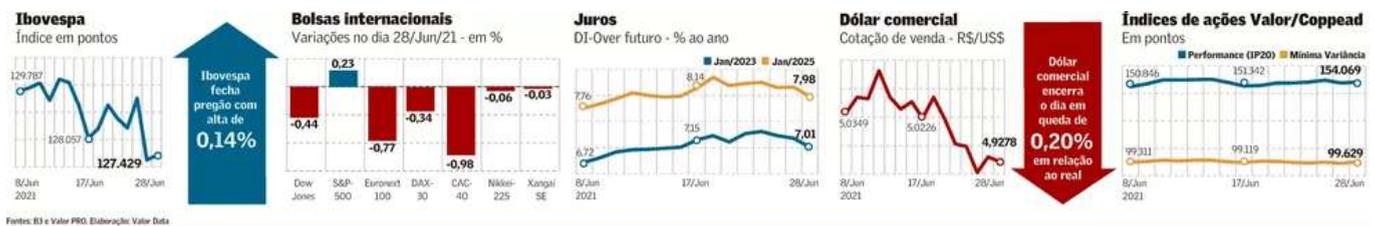
Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Reforma tributária deve penalizar bancos e Ambev

Enquanto investidor avalia mudanças, Ibovespa fica nos 127 mil pontos

Por Lucas Hirata e Olívia Bulla — De São Paulo

29/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas



A nova etapa da reforma tributária, proposta pelo governo na última sexta-feira, pode custar caro para nomes importantes da bolsa brasileira. Bancos e a Ambev estão entre os mais prejudicados, na avaliação de analistas, caso medidas como tributação de dividendos e fim da dedutibilidade de juros sobre capital próprio sejam aprovadas.

Esse risco tem sido incorporado no preço das ações. Após queda quase generalizada das ações locais na sexta, os papéis de bancos estenderam as perdas ontem. Bradesco PN recuou 0,49%, enquanto Itaú PN teve baixa de 1,14%. Já Ambev ON até conseguiu uma recuperação parcial e subiu 3,24%, mas ainda acumula perda de 2,51% considerando a sexta-feira.

“Empresas que pagam muito juros sobre o capital próprio, como bancos e empresas de telecomunicações, seriam as que mais sofreriam. Estimamos que seus lucros cairiam em cerca de 5% e 9%, respectivamente, em 2023”, dizem os analistas do BTG Pactual, ao citar o efeito negativo também em Ambev. Isso ocorre porque as empresas perderiam o benefício fiscal atual com a distribuição de rendimento sobre juros sobre capital próprio.

Gestores ouvidos pelo **Valor** afirmam que a discussão sobre o tema não é nova nem é possível cravar o desfecho da história, que ainda tende a ser discutida pelo Congresso. Mas agora, em um momento que as ações já vinham acumulando alta, o risco de a iniciativa avançar adentra o preço das ações.

Um profissional explica que, com o aumento da tributação, o preço da ação precisa cair para que o investidor tenha o mesmo retorno sobre o papel. Ele pondera que esse tema ainda é bastante complexo e a discussão deve se alongar no Congresso. Além disso, calcula que as mudanças propostas acabam resultando em aumento de impostos para as empresas maiores, o que dificulta uma aprovação sem mudanças. Mas a incerteza ainda pode pairar por algum tempo.

Ontem, o Ibovespa teve um dia de ajustes e fechou perto do zero a zero, com alta de 0,14%, aos 127.429 pontos. O pregão foi relativamente calmo no exterior, ao mesmo tempo que os investidores apenas acompanham, sem uma reação mais significativa, os debates da CPI da covid. O dólar comercial fechou em queda de 0,20%, aos R\$ 4,9278,

Para os analistas do BTG Pactual, além desses pesos-pesados, ações que são vistas pelos investidores como "bond proxies" - papéis que têm características semelhantes à renda fixa - também podem ser penalizadas, uma vez que os dividendos perderiam competitividade em relação aos rendimentos dos títulos. Nesse caso, as empresas de serviços públicos, conhecidas como "utilities", podem se enquadrar neste grupo.

O banco fez um exercício com 150 empresas brasileiras sob sua cobertura para avaliar o impacto da proposta de reforma tributária do governo. Nessa avaliação, os analistas partiram do cenário em que as empresas não mudam seu pagamento de dividendos atual ou suas estruturas de capital.

Já o Bradesco BBI calcula que o impacto das medidas seria negativo em 9% no índice MSCI Brazil, uma das referências globais para as ações domésticas. Inclusive, de olho nesses efeitos, a instituição reduziu o peso da sua recomendação de "desempenho acima da média" - "overweight", no jargão do mercado -, embora tenha mantido o mercado de ações brasileiro nessa categoria.

Alguns dos setores potencialmente mais afetados seriam financeiro, petróleo e gás, serviços públicos e imobiliário, dizem os profissionais do BBI. Já entre os que sofreriam menos estão varejo, agronegócio e transporte.

Os analistas ponderam, contudo, que este é um exercício simplificado assumindo que o Congresso aprove a proposta do governo conforme foi apresentada, "o que raramente acontece", e que pelo desempenho recente boa parte do efeito já estaria precificado.

Além dos "perdedores" da reforma tributária, os profissionais de mercado também elegeram possíveis nomes que ganhariam com a medida. No setor financeiro, os analistas do Credit Suisse dizem que a proposta tributária seria potencialmente positiva para as seguradoras dos bancos (Caixa Seguridade e BB Seguridade). Como as empresas não são afetadas pelo fim da dedutibilidade de juros sobre capital próprio, já que só pagam dividendos, o impacto nos lucros deve ser positivo. Nesses casos, o benefício da redução na taxa de Imposto de Renda mais do que compensaria a tributação sobre a parte dos dividendos recebidos de suas joint ventures.

Já no caso da B3, o impacto negativo do fim da dedutibilidade seria compensado pela redução da taxa de imposto sobre as empresas para 29%, referente à nova taxa estatutária ou a taxa de imposto efetiva,

dizem os analistas do Credit Suisse. Por outro lado, os mais prejudicados seriam bancos, Porto Seguro, Itaúsa e XP.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Queima de estoque com seu tênis preferido.

NOVOSHoes

LINK PATROCINADO

Saiba porquê os homens de Salvador estão comprando esse tênis

KING SHOES

LINK PATROCINADO

Abridor de vinho mágico, chega ao Brasil!!

MILIBLU STORE

LINK PATROCINADO

A máquina mais eficiente da Europa acaba de chegar em Salvador

MAXSHAVE

LINK PATROCINADO

Essa é a garota que Galvão Bueno está namorando agora

REVISTA GLAMUR

LINK PATROCINADO

O queridinho dos homens de bom gosto está de volta.

LOJA KINGS

Mais do Valor Econômico



Os cargos em alta no setor de seguros

Demanda por profissionais do setor aumenta 40% até maio, segundo levantamento de consultoria de recrutamento

29/06/2021 09:11 — Em Carreira

Supercomputador japonês Fugaku mantém título de mais rápido do mundo

Em segundo lugar, ficou o supercomputador Summit, da IBM

29/06/2021 09:07 — Em Mundo

Déficit do governo foi de R\$ 16 bi, aponta prévia

Resultado, se confirmado, será melhor que o esperado por analistas

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

29/06/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

Depois de dois meses no azul, as contas do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central) devem ter apresentado em maio déficit primário de R\$ 16 bilhões, segundo prévia calculada pelo pesquisador do Núcleo de Economia do Setor Público do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) Matheus Rosa Ribeiro.

No mês, a estimativa aponta para receitas 102,3% maiores, em termos reais, do que as de maio de 2020. As despesas, por sua vez, foram reduzidas em 31,3% no mesmo período de comparação.

Os cálculos são feitos com base em dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), do governo federal, que podem ser acessados parcialmente pelos pesquisadores. O resultado oficial será divulgado hoje.

“Mesmo sendo um resultado negativo, ainda é melhor do que o esperado”, disse Ribeiro. A pesquisa Prisma Fiscal, que capta estimativas do mercado, apontava em sua edição de maio para um déficit de R\$ 48,7 bilhões, na mediana das projeções.

Se a prévia for confirmada, o resultado acumulado em cinco meses continuará no campo positivo, em R\$ 26 bilhões. Será o melhor registrado desde 2013.

A expectativa em relação ao restante do ano, porém, é que o saldo caminhe para o déficit. Na edição de junho do Prisma fiscal, a mediana projetada pelo mercado para o resultado primário de 2021 é um resultado negativo de R\$ 200,8 bilhões nas contas do governo central.

As medidas tomadas devido à pandemia dificultam a comparação com o ano passado. Mas, para o pesquisador, há dois fatores que podem ser destacados como explicação para o desempenho das contas públicas até o momento. O primeiro é o desempenho surpreendente da arrecadação federal. Outro, a contenção de gastos de pessoal, com a proibição de reajustes neste ano.

Pelas estimativas do Ibre, a emissão de créditos extraordinários, usados para bancar despesas de combate à pandemia e seus efeitos, deve ter ficado 71,6% menor que a de maio de 2020.

As chamadas despesas obrigatórias com controle de fluxo avançaram 13,2% na comparação com maio do ano passado, aponta a estimativa. A principal explicação é o crescimento do número de pessoas recebendo o Bolsa Família. Em maio do ano passado, as pessoas estavam recebendo o auxílio emergencial, que tinha valor mais elevado. Não é o que se vê em 2021.

Os gastos com benefícios previdenciários teriam recuado 24,4% no mês, aponta a prévia. Embora tenha havido antecipação do 13º dos aposentados em 2020 e em 2021, neste ano a concentração de pagamentos no mês foi menor. Despesas com folha de pessoal e encargo teriam ficado 6,2% menores que em 2020, em termos reais.

Até o fim de abril, os gastos do governo estavam represados por causa do atraso na aprovação do Orçamento de 2021. Isso também influenciou o resultado alcançado até aqui, informa o pesquisador.

As receitas, cujo resultado para o mês de maio também será divulgado hoje, foram estimadas pelo Ibre em R\$ 141 bilhões. Trazem como destaque uma alta estimada de 182,6% no PIS/Cofins e de 51,8% na arrecadação previdenciária. Essas variações são explicadas por diferimentos (adiamentos) autorizados no ano passado e com a própria atividade econômica, que estava em queda em maio de 2020.

Já a arrecadação do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica teria avançado 90% sobre maio de 2020, influenciada pelas commodities.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Essa organizadora é o item que falta para acabar com a bagunça da sua casa

HOPY

LINK PATROCINADO

Queima de estoque com seu tênis preferido.

NOVOSHoes

LINK PATROCINADO

Saiba porquê os homens de Salvador estão comprando esse tênis

KING SHOES

LINK PATROCINADO

Abridor de vinho mágico, chega ao Brasil!!

MILIBLU STORE

LINK PATROCINADO

A máquina mais eficiente da Europa acaba de chegar em Salvador

MAXSHAVE

LINK PATROCINADO

O queridinho dos homens de bom gosto está de volta.

LOJA KINGS

Indústria brasileira é 13ª que mais avançou no 1º tri em ranking global

Desempenho é melhor que o obtido no mesmo período de 2020 e 2019, segundo Iedi

Por Anaís Fernandes — De São Paulo

29/06/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

Recuperação global

As 15 maiores variações da produção industrial entre 45 países

■ 1º trimestre/21, ante 1º trimestre/20, com ajuste sazonal, em %



12% foi o crescimento da indústria de transformação mundial de janeiro a março deste ano, ante igual período de 2020, segundo a Unido

3,2% foi a alta da indústria de transformação em economias em desenvolvimento e emergentes no primeiro trimestre de 2021, em relação ao período equivalente de 2020

Fonte: elaboração do Iedi, a partir de dados da OCDE, Eurostat, IBGE e National Bureau of Statistics of China.

O Brasil melhorou de posição em um ranking elaborado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) que considera a produção do setor em 45 países. Com avanço de 5,2%

no primeiro trimestre, ante igual período de 2020 e feito o ajuste sazonal, a indústria brasileira ficou na 13ª colocação, à frente de países como França, Japão, Alemanha e Estados Unidos.

No primeiro trimestre de 2020, quando a produção nacional caiu 2,5% na comparação interanual ajustada, o país ocupou o 24º lugar e, em 2019, o 38º, com recuo de 2,1% na indústria. O IEDI constrói o ranking a partir de dados dos institutos de estatísticas dos países, da OCDE e da Eurostat.

A melhora da indústria doméstica, contudo, precisa ser vista com cautela. “O Brasil está em uma situação intermediária, o que é favorável. Mas precisamos observar que tem uma ajuda da base de comparação baixa e dinâmicas específicas da pandemia”, diz Rafael Cagnin, economista do instituto.

Ele nota que medidas duras de restrição à mobilidade e à atividade, devido à piora da covid-19 no Brasil neste ano, retornaram mais para o fim de março, adentrando abril. “Em compensação, muitos países desenvolvidos, principalmente europeus, tinham visto uma deterioração do quadro sanitário no último trimestre do ano passado, e medidas restritivas acabaram se estendendo pelo primeiro trimestre de 2021. Tem um descasamento nos ciclos de contágio que também ajuda a explicar o melhor desempenho brasileiro.”

Cagnin lembra ainda que 2019 foi especialmente ruim para a indústria do Brasil, que sentiu não apenas a desaceleração do comércio mundial em meio às disputas entre EUA e China, como também a crise no vizinho Argentina, com reflexos no setor mesmo no início do ano passado. “Vimos os efeitos iniciais da covid-19 chegando com uma base já ruim.”

À frente do Brasil no ranking há diversos países do leste europeu. Nas primeiras colocações, Cagnin destaca o desempenho da China (alta de 24,5% no primeiro trimestre de 2021, ante 2020), cuja contenção da epidemia ocorreu antes do restante do mundo e se mostrou mais eficaz, e da Irlanda (21,4%), que registrou menos casos de covid-19 por mil habitantes que o restante da Europa.

Apesar da melhora do Brasil no ranking, o economista reafirma que é importante ter em mente os desafios da indústria doméstica. Para além do problema estrutural da desindustrialização, a produção não cresceu nos últimos três meses analisados pelo IBGE (fevereiro a abril). O setor, inclusive, perdeu o patamar pré-covid (fevereiro de 2020) que havia superado no fim do ano passado. “A entrada de 2021 foi de perda de dinamismo. Na margem, a sinalização não é tão positiva, tem uma luz amarela e há pouco sinal de que o quadro vá se reverter muito à frente”, afirma. O auxílio emergencial, segundo ele, pode ajudar, mas a pandemia e a vacinação ainda não estão bem equacionadas. “Não conseguimos virar essa página.”

A situação brasileira não é uma realidade isolada. Considerando a indústria de transformação, dados da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido, da sigla em inglês) sistematizados no estudo do IEDI mostram que a produção global cresceu 12% no primeiro trimestre de 2021, na relação interanual. Sobre o quarto trimestre de 2020, avançou 1,3%, feito o ajuste. Foi a terceira taxa positiva seguida nessa comparação, mas o resultado do último trimestre de 2020 foi quase três vezes maior.

Nas “economias industrializadas”, a alta trimestral foi de 1,6%, cerca de metade do ritmo do quarto trimestre de 2020. O crescimento foi puxado por países desenvolvidos da Ásia (3,6%); EUA (0,6%) e Europa (1,1%) também avançaram, mas com desaceleração. “A Ásia foi uma das regiões de maior sucesso no controle de surtos de covid”, diz Cagnin.

A China moderou o crescimento para 1,1%. Nas demais economias emergentes e em desenvolvimento, a indústria cresceu apenas 0,7%. Foi o grupo que mais perdeu dinamismo na margem, nota o IEDI: a taxa de crescimento caiu para um oitavo do que foi no quarto trimestre de 2020. Entre os emergentes, a América Latina cresceu 0,9% na comparação trimestral. “Tem sinais de desaceleração importantes”, diz Cagnin. No geral, aponta ele, os números ajudam a lembrar que a trajetória mais sustentada da indústria ainda está atrelada às dinâmicas da pandemia.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Queima de estoque com seu tênis preferido.

NOVOSHoes

LINK PATROCINADO

Saiba porquê os homens de Salvador estão comprando esse tênis

KING SHOES

LINK PATROCINADO

A máquina mais eficiente da Europa acaba de chegar em Salvador

MAXSHAVE

LINK PATROCINADO

Abridor de vinho mágico, chega ao Brasil!!

MILIBLU STORE

LINK PATROCINADO

O queridinho dos homens de bom gosto está de volta.

LOJA KINGS

LINK PATROCINADO

Queima de estoque: de R\$ 623 por R\$ 187.

LOJA KINGS

Mais do Valor Econômico



Supercomputador japonês Fugaku mantém título de mais rápido do mundo

Em segundo lugar, ficou o supercomputador Summit, da IBM

29/06/2021 09:07 — Em Mundo

Limite à declaração simplificada afeta 11 milhões de contribuintes

Mudança foi mantida sob sigilo durante a fase de discussões

Por Raphael Di Cunto e Fabio Graner — De Brasília

29/06/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

A restrição proposta pelo governo à declaração simplificada do Imposto de Renda para pessoas físicas tem potencial para afetar mais de 11 milhões de contribuintes, seja pelo aumento da burocracia para declarar o tributo, na direção contrária à simplificação, seja pelo aumento efetivo da carga tributária para quem não tem despesas a deduzir.

A mudança, que veda o uso dessa possibilidade para rendas superiores a R\$ 40 mil por ano, era mantida sob sigilo durante as discussões internas no Executivo, que centrava a divulgação do projeto no aumento da faixa de isenção do imposto de renda e na manutenção das deduções para as pessoas físicas. Ela veio à tona na entrega da proposta na sexta-feira, com o potencial de criar resistências políticas à proposta em um grupo de contribuintes que mais claramente identificado como classe média.

A declaração simplificada hoje vale para todas as pessoas físicas, que podem abater 20% do imposto devido sem precisar apresentar comprovantes, até o limite de R\$ 16 mil. Pelo projeto do governo, só quem tiver renda de até R\$ 40 mil por ano (R\$ 3,3 mil por mês) poderá continuar a utilizar tal modelo.

“Pensando em valores do imposto a ser pago, isso prejudicará mais quem ganha entre R\$ 40 mil e R\$ 80 mil, mas afetará a todos. Muita gente deixa de declarar no modelo completo, mesmo podendo ganhar um pouco mais, para não ter a dor de cabeça e o risco de cair na malha fina e ter que se explicar à Receita Federal”, disse o advogado Vinícius Tersi.

O ex-secretário da Receita Jorge Rachid também disse ontem não ver motivo para a mudança e diz que o grupo que ganha entre R\$ 40 mil e R\$ 83,7 mil deve ter aumento de carga, em decorrência dessa alteração. No governo, já há expectativa de que o Congresso eleve o valor máximo de renda anual que permitirá declaração simplificada.

No modelo completo, o contribuinte pode abater do imposto gastos com saúde, educação (até o limite de R\$ 3,5 mil por ano), previdência privada e dependentes, mas, para isso, precisa comprovar as despesas e declará-las individualmente no ajuste anual.

De acordo com dados da Receita Federal, 10,9 milhões de pessoas que recebem mais de R\$ 45 mil adotaram o modelo simplificado para declarar seus rendimentos e conferir o imposto a ser pago ou restituído, contra 4,6 milhões que usaram a planilha completa. Entre os que recebem menos, 6,4 milhões declaram no modelo simplificado e 8,2 milhões no completo.

Segundo Tersi, além do aumento da burocracia, a mudança na regra afetará mais aqueles que não tem gastos com educação e, principalmente, com saúde. Eles não terão despesas para deduzirem do imposto a ser pago, o que levará a aumento da carga tributária. A mudança também significará uma forma indireta de a Receita Federal fiscalizar os rendimentos de médicos e outros profissionais de saúde, ao aumentar a demanda por emissão de notas fiscais.

A ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, defendeu a mudança após participar da entrega do projeto ao Congresso na sexta-feira. "Você estava colocando as pessoas que usufruíam de um benefício que não tinham [direito] na verdade", disse. "Não é tirar o benefício, é apenas esclarecer e deixar claro quem é que tem direito a esse benefício."

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Queima de estoque com seu tênis preferido.

NOVOSHoes

LINK PATROCINADO

Saiba porquê os homens de Salvador estão comprando esse tênis

KING SHOES

LINK PATROCINADO

Abridor de vinho mágico, chega ao Brasil!!

MILIBLU STORE

LINK PATROCINADO

A máquina mais eficiente da Europa acaba de chegar em Salvador

MAXSHAVE

LINK PATROCINADO

Saiba porquê os homens de Salvador estão comprando essa bota

BOTA CATERPILLAR

LINK PATROCINADO

Essa é a garota que Galvão Bueno está namorando agora

REVISTA GLAMUR

Conteúdo Publicitário

Isabella Santoni virou defensora ambiental com o surfe: "O mundo está sofrendo"

UM SÓ PLANETA

Metade do setor industrial ainda não retomou ritmo

De 25 segmentos, 13 ganharam impulso na pandemia, mostra IBGE

Por Ana Conceição — De São Paulo

29/06/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas



Alessandra Ribeiro, da Tendências: consumo de serviços deve evoluir mais depressa com avanço da vacinação — Foto: Claudio Belli/Valor

Depois de uma forte expansão no segundo semestre do ano passado, a produção da indústria brasileira caiu em três dos quatro meses cujos resultados são conhecidos em 2021, mas os números mostram que os segmentos vivem realidades distintas. Praticamente metade, 12 de 25 setores, não voltou ao nível pré-pandemia. Outros 13 não apenas voltaram, mas superaram aquele nível, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para o bem e para o mal, os efeitos da pandemia estão por trás do desempenho tanto dos setores abaixo quanto dos acima da linha traçada em fevereiro do ano passado, o último mês antes da covid-19. Se o isolamento e o home office beneficiaram as vendas de eletrodomésticos, eletrônicos, plástico e papel (usados em embalagens, por exemplo) e material de construção, também derrubaram a produção de vestuário, calçados e bebidas. Sem sair de casa, uma parte da população resolveu não renovar o guarda-roupa. Também deixou de ir a bares e restaurantes.

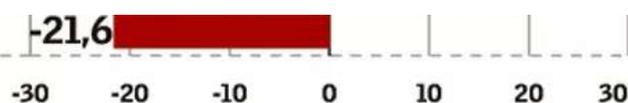
Analistas vêem um comportamento mais homogêneo da indústria nos próximos meses. “Esperamos uma acomodação dos setores que saíram muito na frente e uma convergência maior ao longo do segundo semestre de 2021, com as pessoas consumindo menos bens e voltando a consumir serviços à medida que avança a vacina” diz Alessandra Ribeiro, economista da Tendências Consultoria. Ela aponta que setores que dependem mais da mobilidade, como vestuário e calçados, podem reagir de forma mais expressiva.

Realidades distintas

Só metade da indústria voltou ao nível pré-pandemia - em %



Vestuário e acessórios



Fonte: Produção Industrial Mensal - IBGE. * Com ajuste sazonal

De longe, o segmento com melhor desempenho é o de máquinas e equipamentos. Em abril, a produção superava em 21% o nível de fevereiro de 2020. Essa indústria tem sido puxada pelo agronegócio e pela construção civil, mas também pelas barreiras impostas por fornecedores internacionais durante o período mais crítico da pandemia e pela depreciação cambial, que deixou o produto nacional mais competitivo, afirma Cristina Zanella, diretora do departamento de economia e estatística da Abimaq, associação de empresas de máquinas e equipamentos.

“Essa conjuntura fez a participação do produto nacional no mercado interno aumentar dez pontos percentuais, para 53%”, afirma. As exportações, que caíram em 2020, voltaram a crescer neste ano.

“A conjuntura de preços internacionais muito elevados e câmbio depreciado tem ajudado muitos setores exportadores, como o agronegócio e a indústria extrativa. E eles estão demandando muita máquina, equipamentos e também caminhões”, afirma Rodrigo Nishida, economista da LCA Consultores. Cristina, da Abimaq, observa que a indústria de máquinas também foi beneficiada pela demanda por bens de capital dos fabricantes de embalagens, alimentos e medicamentos, itens muito demandados na pandemia.

Em segundo lugar na lista, a produção de minerais não metálicos está 15% acima do pré-pandemia. “É construção civil na veia”, diz Alessandra Ribeiro. Exemplos de minerais não metálicos são cascalho, areia, calcário, granito.

Na ponta oposta está a indústria de vestuário, cuja produção está 21,6% abaixo de fevereiro do ano passado. O fechamento do comércio de abril a junho do ano passado levou a produção a quase zero, conta Fernando Pimentel, presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit). Desde agosto de 2020 as vendas têm se recuperado, mas ainda há um longo caminho. “Quando há uma interrupção tão forte, que reduziu a atividade em 90% leva-se esse efeito estatístico por um tempo maior”, afirma Pimentel.

O segmento têxtil está quase empatando com o pré-pandemia, com queda de 2,7% sobre fevereiro de 2020, puxado por artigos de cama, mesa e banho, muito demandados após as medidas de isolamento social. A Abit vê uma recuperação dos têxteis para o nível de 2019 ainda neste ano, mas o vestuário deve ficar para 2022.

Outra recuperação adiada é da indústria automobilística. A produção está 12% abaixo de fevereiro de 2020. “É o setor mais afetado [pela pandemia]. Não fosse a escassez de insumos, teria um comportamento mais positivo”, diz Nishida, da LCA.

Um problema generalizado na indústria é o aumento do custo de produção. “Commodities, algodão no nosso caso, e frete subiram muito. E as matérias-primas sintéticas, importadas, ficaram mais caras”, diz

Pimentel, da Abit. Cerca de 70% do custo são atrelados ao dólar no setor, que não conseguiu repassar essa pressão ao consumidor.

Na indústria farmacêutica e de farmoquímicos (insumos), o patamar 15% menor que o pré-pandemia chama atenção. Nelson Mussolini, presidente-executivo do Sindusfarma, diz que alguns segmentos, como o de itens para intubação, triplicaram a produção. A fabricação de antibióticos e vitaminas também cresceu. “Provavelmente, algumas empresas não forneceram informações ou as deram com atraso no IBGE”, pondera ele.

Segundo o dirigente, a falta de insumos é um problema resolvido no setor, mas os custos aumentaram, em média, 40%. A indústria farmacêutica não vê alívio nos custos no segundo semestre e olha com preocupação um projeto de lei que tramita no Congresso congelando os preços dos medicamentos ao nível de março.

Setor que ainda está sofrendo com a falta de insumos, o volume de produção da indústria plástica está 5% acima de fevereiro. Mas, aqui, o custo e o câmbio também têm sido problema. “Houve uma grande desorganização da cadeia produtiva e logística mundial”, afirma José Ricardo Roriz Coelho, presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast). Tem sido difícil adquirir matéria-prima. “Houve paradas para manutenção no polo petroquímico de São Paulo e, como temos apenas um fornecedor doméstico de resinas, há desabastecimento”, diz. Parte do setor consegue repassar a variação cambial aos preços; parte não consegue.

Alessandra Ribeiro, da Tendências, lembra que a atual apreciação do câmbio pode gerar algum alívio para quem importa insumos. Mas a questão hídrica é um limitador de demanda. “É um risco baixista”, diz ela.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Queima de estoque com seu tênis preferido.

NOVOSHoes

LINK PATROCINADO

Abridor de vinho mágico, chega ao Brasil!!

MILIBLU STORE

LINK PATROCINADO

Saiba porquê os homens de Salvador estão comprando esse tênis

KING SHOES

LINK PATROCINADO

A máquina mais eficiente da Europa acaba de chegar em Salvador

MAXSHAVE

LINK PATROCINADO

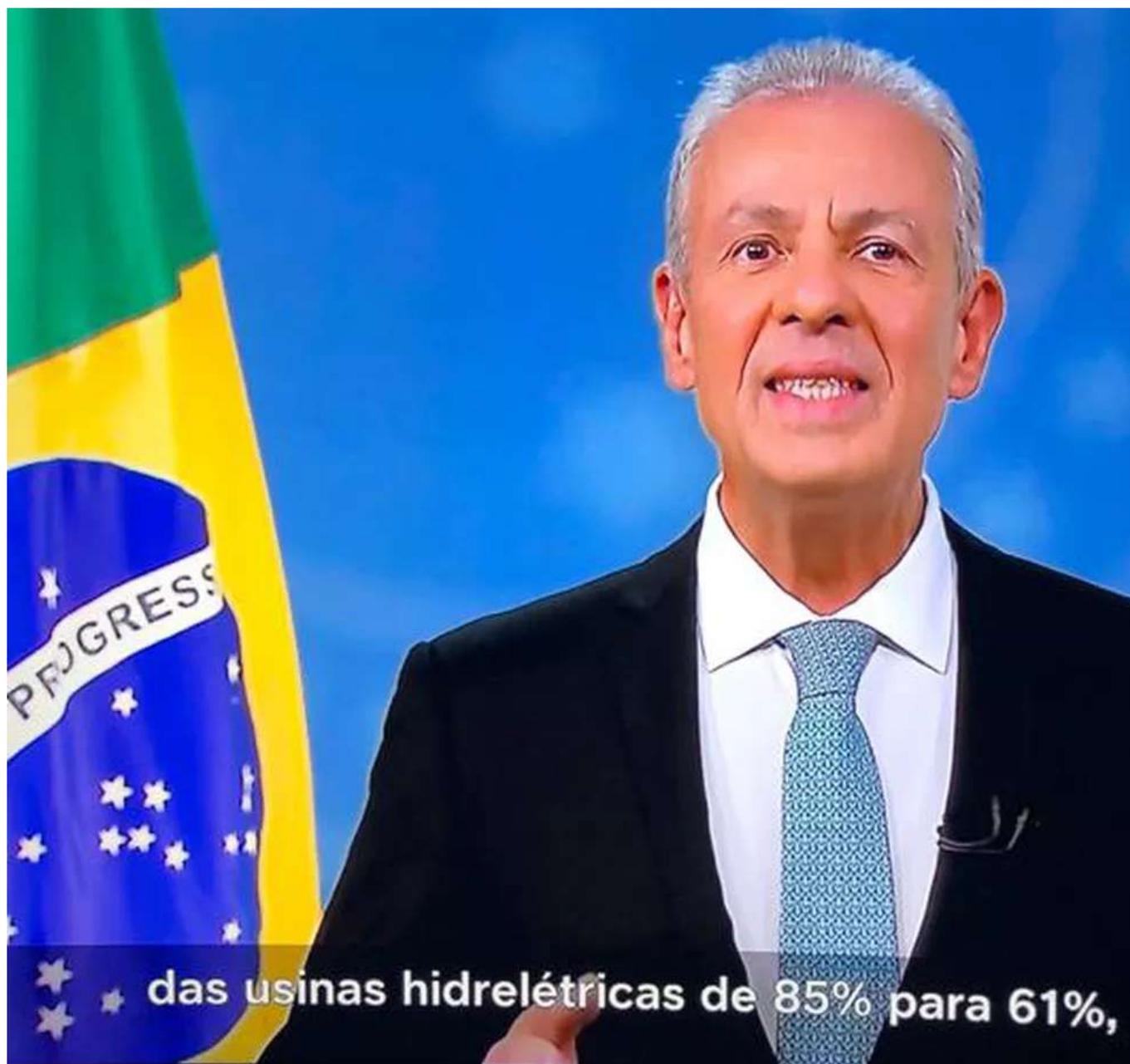
Essa é a garota que Galvão Bueno está namorando agora

Ministro defende redução voluntária do consumo

“Uso consciente” reduzirá pressão sobre sistema elétrico, diz Bento Albuquerque

Por Rafael Bitencourt e Fabio Murakawa — De Brasília

29/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas



Ministro Bento Albuquerque, durante pronunciamento: apelo à redução voluntária do consumo de água e energia — Foto: Reprodução

Para enfrentar os efeitos da crise hídrica que atinge o setor elétrico, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, defendeu ontem, em rede nacional de rádio e TV, a redução voluntária de consumo de energia pela indústria e pela população.

“O uso consciente e responsável de água e energia, reduzirá consideravelmente a pressão sobre o sistema elétrico, diminuindo também o custo da energia gerada”, disse Albuquerque em mensagem dirigida à população. Ele classificou a crise atual como “período desafiador”.

Hoje, a diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deve aprovar a revisão dos adicionais cobrados na conta de luz pelo sistema de bandeiras tarifárias. Além de permitir que as distribuidoras arrecadem mais recursos para cobrir o alto custo das térmicas, a medida deve ainda estimular uma retração no consumo de energia. Para julho já foi mantida a cor vermelha patamar 2, com cobrança de R\$ 6,24 a cada 100k kWh (quilowatt-hora) de consumo. O valor deve, no mínimo, ser elevado para R\$ 7,57, conforme sinalização do comando da agência.

Para a indústria, disse que já está “finalizando o desenho de um programa voluntário que incentiva as empresas a deslocarem o consumo dos horários de pico para os horários de menor demanda”.

O programa já existe, mas está sendo aperfeiçoado em discussões entre Aneel e grandes consumidores industriais. Segundo ele, essa medida será adotada “sem afetar a sua produção e o crescimento econômico do país”.

Albuquerque reconheceu a gravidade da atual crise hídrica e dos seus efeitos sobre o setor. “O Brasil enfrenta uma das piores secas de sua história. A escassez de água que atinge nossas hidrelétricas - em especial no Sudeste e no Centro-Oeste - é a maior dos últimos 91 anos”, afirmou.

Diferentemente de pronunciamentos anteriores, ele não descartou de forma clara a eventual imposição de um racionamento e admitiu que o momento gera este tipo de apreensão. “Esse quadro provocou a natural preocupação de muitos brasileiros com a possibilidade de racionamento de energia, como aconteceu em 2001”.

O ministro destacou que o sistema elétrico evoluiu nos últimos anos, desde o apagão no fim da gestão Fernando Henrique. Lembrando que, o país reduziu a dependência das hidrelétricas de 85% para 61%, com a expansão das usinas de fontes limpas e renováveis, além de termelétricas a gás natural e nucleares. “Hoje temos um setor elétrico robusto, que nos traz garantia do fornecimento de energia elétrica aos brasileiros.”

Albuquerque ressaltou que o governo vem atuando em “várias frentes”, desde 2020. “Além de monitorar o setor elétrico 24 horas por dia, montamos uma estrutura de governança para coordenar, com rapidez e segurança, as ações dos vários órgãos envolvidos no enfrentamento do atual cenário de escassez hidroenergética.”

O ministro mencionou ainda que o trabalho do governo é feito em “sintonia e permanente diálogo” com os segmentos envolvidos, pois existe preocupação com risco de judicialização. Albuquerque citou a interação com entidades da sociedade civil organizada, Estados e instituições dos três Poderes. Citou,

ainda, o encaminhamento ao Congresso Nacional, da Medida Provisória 1.055/21, publicada ontem, para “fortalecer a governança do processo decisório neste momento de crise hídrica”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Queima de estoque com seu tênis preferido.

NOVOSHoes

LINK PATROCINADO

Abridor de vinho mágico, chega ao Brasil!!

MILIBLU STORE

LINK PATROCINADO

Saiba porquê os homens de Salvador estão comprando esse tênis

KING SHOES

LINK PATROCINADO

A máquina mais eficiente da Europa acaba de chegar em Salvador

MAXSHAVE

LINK PATROCINADO

Saiba porquê os homens de Salvador estão comprando essa bota

BOTA CATERPILLAR

LINK PATROCINADO

Tênis tendência 2021 em promoção.

OFERTAS TÊNIS

Mais do Valor Econômico



Confiança do comércio sobe para nível mais alto desde setembro, mostra FGV

Indicador subiu 2,0 pontos em junho, ao passar de 93,9 para 95,9 pontos

29/06/2021 08:51 — Em Brasil

Confiança de serviços sobe e atinge o maior valor desde fevereiro de 2020, aponta FGV

Indicador subiu 5,7 pontos em junho, para 93,8 pontos, a terceira alta consecutiva no ano, registrando o maior valor desde

Aumento de tarifa pode reduzir margem do teto de gastos

Impacto de reajustes no INPC diminui “ganho” inflacionário no limite de despesas e pode afetar investimentos, indica SPE

Por Edna Simão — De Brasília

29/06/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

O impacto do aumento do preço de energia elétrica no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) pode reduzir a margem para elevação das despesas, como investimentos, em ano eleitoral. Nota informativa da Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia, repassada ao **Valor**, estima que a elevação de 0,5 ponto percentual do acumulado do INPC neste ano diminui em R\$ 4,6 bilhões a folga para ampliação de gastos em 2022.

“Devido ao cenário de risco hidrológico, que pode exigir novas elevações de preços de energia, é urgente e importante o país avançar na agenda da consolidação fiscal, para lograr uma convergência mais rápida do INPC para patamares mais baixos, de modo que o espaço fiscal acima estimado não seja perdido, corroído pela inflação”, diz nota informativa.

Para 2022, as estimativas apontam um espaço fiscal de R\$ 25 bilhões para aumento de gastos dentro do teto, que é corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Parte dele, no entanto, pode ser consumida pela aceleração do INPC, que corrige despesas obrigatórias como aposentadorias, pensões e benefícios sociais sujeitas ao teto de gasto.

O secretário da SPE, Adolfo Sachsida, disse ao **Valor** que a mensagem é que o teto de gastos será respeitado e que não haverá aumento de gastos acima do que o teto permite. Segundo ele, a discussão, no entanto, diz respeito ao fato se haverá um aumento de despesa obrigatória ou discricionária, o que inclui investimento.

Na avaliação do secretário, se houver uma insistência na aprovação de agendas pró-mercado e de consolidação fiscal, o INPC vai convergir rapidamente para valores mais baixos até o fim deste ano. Com isso, haveria mais espaço para ampliação das discricionárias. “Não se trata de gastar mais, e sim da composição do gasto, de melhor alocação dos recursos”, complementou.

A nota informativa enfatiza que o maior espaço para as despesas no próximo ano relaciona-se diretamente com a convergência da inflação, possibilitando ao gestor maior margem para alocação dos dispêndios”. Um exemplo citado foram os aumentos semelhantes da tarifa de energia elétrica em maio, que tiveram impacto de 0,28 ponto percentual no INPC, reduzirão o espaço fiscal em R\$ 2,6 bilhões.

“Devido ao cenário de risco hidrológico, que pode exigir novas elevações de preços de energia, estima-se que elevações de 5% na conta de energia elétrica, cujo peso no INPC é de aproximadamente 5%, reduzirão o espaço para o gasto em R\$ 2,3 bilhões”, informa.

A Aneel abriu consulta pública para revisão dos adicionais e das faixas de acionamento para as bandeiras tarifárias no período de 2021/22. Segundo nota, supondo que o valor da bandeira vermelha (patamar 2) da tarifa de energia elétrica aumente de R\$ 6,24 para R\$ 10, o efeito dessa elevação de 5,6% na conta de energia no INPC será de cerca de 0,29 ponto percentual. e o espaço no teto será reduzido em R\$ 2,7 bilhões.

Os diferentes cenários apresentados mostram que um maior espaço orçamentário que pode ser manejado está diretamente relacionado com a rápida desinflação. O estudo reforma que o efeito da consolidação fiscal e reformas pró-mercado no curto prazo pode ser, em parte, observado pela apreciação da taxa de câmbio, com efeitos positivos nos preços através do repasse cambial.

“Supondo apreciação do Real de 10%, o INPC deverá reduzir-se em 0,30 p.p. nos próximos 6 meses e 0,42 p.p. nos próximos 12 meses”, explica a nota. “Dessa forma, essas medidas aliviarão as pressões inflacionárias, via repasse cambial e, principalmente, ancoragem das expectativas dos agentes. Entretanto, deve-se destacar que ações que aumentem a incerteza em relação às reformas propostas depreciarão a taxa de câmbio, pressionando mais a inflação e reduzindo o espaço no teto para as despesas sob decisão do gestor público”, acrescenta.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Queima de estoque com seu tênis preferido.

NOVOSHoes

LINK PATROCINADO

Saiba porquê os homens de Salvador estão comprando esse tênis

KING SHOES

LINK PATROCINADO

Abridor de vinho mágico, chega ao Brasil!!

MILIBLU STORE

LINK PATROCINADO

A máquina mais eficiente da Europa acaba de chegar em Salvador

MAXSHAVE

LINK PATROCINADO

O tênis mais vendido de 2021, agora, com super desconto!

LOJA KINGS

LINK PATROCINADO

Você já calçou um “tanque de guerra” com tanto estilo e conforto?

BOTA CATERPILLAR

Rio planeja para novembro novo leilão de bloco da Cedae e prevê R\$ 3 bi

Segundo governo, mais municípios planejam entrar no próximo certame

Por Rodrigo Carro — Do Rio

29/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas



Cláudio Castro: quase 20 municípios vão fazer parte do bloco a ser leiloado — Foto: Pablo Jacob/Agência O Globo

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, afirmou ontem em seminário virtual promovido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que o Estado pretende religar até novembro o Bloco 3 de concessões da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae). O bloco -

originalmente formado por uma área na zona oeste da capital e seis municípios - não foi arrematado na licitação realizada em 30 de abril.

A expectativa de Castro é que em um novo leilão a outorga mínima do Bloco 3 possa chegar ao patamar de R\$ 3 bilhões. Para o certame de abril, a outorga mínima fixada para o bloco era de R\$ 908,1 milhões. O governador afirmou que o sucesso do leilão, no qual foram arrecadados R\$ 22,7 bilhões, atraiu uma nova leva de cidades que inicialmente não haviam se interessado em conceder à iniciativa privada serviços de saneamento básico hoje prestados pela Cedae.

“Depois do sucesso dos blocos 1, 2 e 4, já são quase 20 [municípios] agora nesse novo bloco. A nossa expectativa é que, se antes ele era de R\$ 900 milhões, hoje nós possamos chegar na casa, perto de, uns R\$ 3 bilhões”, disse Castro durante o painel virtual “O que esperar do setor de saneamento?”, na 4ª Semana BNDES de Saneamento. Segundo o governador, até 13 municípios fluminenses estariam dispostos a aderir à nova licitação.

“O Nicola [Miccione, secretário da Casa Civil] disse [que a licitação ocorrerá] entre novembro e dezembro. O meu papel é que seja, então, em novembro. O seu é não deixar chegar em dezembro. Queremos fazer esse leilão até novembro”, acrescentou o governador.

No último dia 16, Castro informou numa coletiva de imprensa que o edital para uma nova licitação de concessões Cedae está previsto para ser publicado em agosto ou setembro deste ano.

No mesmo painel, o governador da Paraíba, João Azevêdo, informou que o contrato do Estado com o BNDES para a modelagem da concessão de serviços de saneamento básico à iniciativa privada abrange 93 dos 223 municípios paraibanos. A área que está sendo alvo de estudo soma mais de 2,3 milhões de habitantes.

“No modelo e na proposta nossa junto ao banco, duas das quatro áreas que nós criamos como microrregiões serão objetos de estudo, de modelagem pelo BNDES. E temos outras duas áreas nas quais estamos fazendo um trabalho com a nossa companhia [estadual de saneamento]”, explicou Azevêdo.

A estimativa do governo paraibano é que seriam necessários R\$ 8 bilhões para universalizar os serviços de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto no Estado. “Nessas duas áreas que são objeto de estudo pelo BNDES para modelagem, seriam R\$ 4 bilhões”, esclareceu Azevêdo. O governador acrescentou que sua meta é chegar, ao fim de 2022, com todos os 223 municípios paraibanos em situação de “segurança hídrica.”

Mediador do painel, o presidente do BNDES, Gustavo Montezano, frisou que a instituição de fomento “não tem qualquer pré-concepção” a respeito de os serviços de saneamento terem de ser públicos ou privados. “Muito pelo contrário. Nós abrimos todas as janelas desde que todas elas levem à universalização”, ressaltou o executivo durante o painel de abertura.

ADC 49 e o caos jurídico nas transferências

É imprescindível que o STF esclareça que a decisão proferida é de inconstitucionalidade parcial, apenas para afastar a função arrecadatória dos dispositivos questionados

Por Vinicius Jucá e Lisandra Pacheco

29/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou improcedente a ação declaratória de constitucionalidade (ADC) nº 49, ajuizada pelo Estado do Rio Grande do Norte com o objetivo de reconhecer a constitucionalidade de dispositivos da Lei Complementar (LC) nº 87, de 1996, que tratam da autonomia dos estabelecimentos e da incidência do ICMS na transferência de mercadorias de um estabelecimento para outro do mesmo contribuinte.

Seguindo jurisprudência consolidada do próprio STF e do Superior Tribunal de Justiça (Súmula nº 166), os ministros julgaram tais dispositivos inconstitucionais entendendo que “o deslocamento de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo titular não configura fato gerador da incidência de ICMS, ainda que se trate de circulação interestadual”. Contudo, diferentemente do que ocorria com referida jurisprudência dita consolidada, a decisão proferida em ADC tem eficácia erga omnes, ou seja, vale para todos.

É imprescindível que o STF esclareça que a decisão proferida na ADC nº 49 é de inconstitucionalidade parcial

A não incidência do ICMS nas transferências entre estabelecimentos sempre foi vista como opcional para os contribuintes: aqueles que se vissem prejudicados pela necessidade de pagar ICMS nessas transferências poderiam recorrer ao Judiciário para afastar tal incidência. Como o Estado do Rio Grande do Norte ressalta na ADC nº 49, uma minoria de contribuintes ajuizava esse tipo de ação: “Em que pese tais dispositivos fossem fielmente cumpridos pela quase totalidade dos contribuintes, ocorria, excepcionalmente, o seu questionamento judicial”.

O Estado opôs embargos de declaração pleiteando fossem sanadas omissões, inclusive com efeitos infringentes, para alteração da decisão ou, ao menos, sua modulação, mostrando uma preocupação justificada sobre efeitos negativos que essa decisão do STF pode ter quando aplicada erga omnes.

Além da função arrecadatória (julgada inconstitucional pelo STF de forma muito acertada), esses dispositivos julgados inconstitucionais têm uma função muito mais importante, a de distribuição da arrecadação entre os Estados. O Rio Grande do Norte ressaltou acertadamente que o destaque do ICMS

na transferência entre estabelecimentos do mesmo contribuinte é, mais que um instrumento de arrecadação, um mecanismo de transferência de créditos entre tais estabelecimentos, principalmente quando localizados em Estados diferentes.

A LC nº 87/1996, criou um sistema engenhoso que permite aos Estados dividirem a arrecadação do ICMS: isso se dá pela transferência de créditos, que deve respeitar as alíquotas interestaduais previstas pelo Senado, bem como as limitações do valor usado para essa transferência (no artigo 13, parágrafo 4º, da LC nº 87/1996). Com propriedade, o Estado do RN chama esses mecanismos de “distribuição federativa da arrecadação do ICMS”.

Portanto, é imprescindível que o STF esclareça que a decisão proferida na ADC nº 49 é de inconstitucionalidade parcial (sem redução de texto), apenas para afastar a função arrecadatória desses dispositivos questionados. No mais, os dispositivos devem ficar vigentes, para continuar exercendo essa função distributiva criada pelo Congresso Nacional, sem impactos no sistema e na relação dos Estados. Nisso estamos de acordo com o Estado do RN.

Apesar de ter razão em algumas das suas ponderações, o Rio Grande do Norte adotou uma premissa alarmante de que, a prevalecer o entendimento do STF, por “não incidir” o ICMS nas transferências entre estabelecimentos do mesmo contribuinte, o estabelecimento remetente deveria estornar os créditos de ICMS referentes à mercadoria que for transferida, com base no artigo 155, parágrafo 2º, II, da Constituição.

Contudo, tal afirmação é errônea e subverte o princípio da não cumulatividade, além de não encontrar guarida na decisão da ADC nº 49 e nem na jurisprudência do próprio STF que, no Tema 1052, determinou que operadoras de telefonia mantenham crédito de ICMS quando mandam aparelhos em comodato a seus clientes, sem incidência de ICMS. O mesmo raciocínio se aplica aqui.

Na decisão da ADC nº 49, o ministro Edson Fachin determinou que a transferência é irrelevante para fins de ICMS, assim ela não deve gerar qualquer efeito, muito menos prejudicar o contribuinte com estorno de créditos de ICMS. Imagine-se a situação: a fábrica transfere mercadorias para outro estabelecimento distribuidor em outro Estado e todos os créditos da industrialização se perderiam, com aumento de custo tributário e preço ao consumidor. Absurdo, seria a negação da não cumulatividade.

Quando o STF determina que todas as transferências devem ser irrelevantes para efeito de ICMS e que os estabelecimentos não são autônomos, basicamente está dizendo que o encontro entre os créditos de ICMS da pessoa jurídica e os seus débitos de ICMS só ocorre quando o contribuinte vende mercadorias a terceiros, gerando uma apuração centralizada em âmbito nacional. Há Estados que já fazem isso em operações internas, como é o caso de São Paulo.

A decisão do STF estaria estendendo esse tratamento para as operações interestaduais, até que o Congresso edite nova lei complementar para regular essa distribuição de arrecadação. Apesar de o artigo 25 da LC nº 87/1996 não ser objeto da ADC nº 49, claramente o STF tirou o seu fundamento de constitucionalidade ao afastar a autonomia dos estabelecimentos. Por isso, caso os dispositivos questionados na ADC sejam retirados do sistema jurídico, entendemos que os contribuintes poderão

manter os créditos de ICMS, bem como apurar o ICMS de forma centralizada nacionalmente, inclusive entre estabelecimentos em diferentes Estados. Claro, o Fisco vai discordar e haverá muitos litígios.

Diante do acima exposto, entendemos que a solução que melhor atende a segurança jurídica seria o STF esclarecer, no julgamento dos embargos de declaração do Rio Grande do Norte, que a decisão proferida na ADC nº 49 é de inconstitucionalidade parcial (sem redução de texto), apenas para afastar a função arrecadatória desses dispositivos questionados, mantendo a opção do contribuinte de destacar o ICMS na transferência, quando precisar transferir os créditos ao destino.

Vinicius Jucá e Lisandra Pacheco são, respectivamente, sócio na área de Tributário de TozziniFreire Advogados e professor da FGV/SP; e sócia na área de Tributário de TozziniFreire Advogados

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Queima de estoque com seu tênis preferido.

NOVOSHoes

LINK PATROCINADO

Abridor de vinho mágico, chega ao Brasil!!

MILIBLU STORE

LINK PATROCINADO

Saiba porquê os homens de Salvador estão comprando esse tênis

KING SHOES

LINK PATROCINADO

A máquina mais eficiente da Europa acaba de chegar em Salvador

MAXSHAVE

LINK PATROCINADO

Bota de inverno furrada feminina

INOVABELA.COM

Ver Ofertas

LINK PATROCINADO

Tênis tendência 2021 em promoção.

OFERTAS TÊNIS

Mais do Valor Econômico

Os cargos em alta no setor de seguros

Demanda por profissionais do setor aumenta 40% até maio, segundo levantamento de consultoria de recrutamento

29/06/2021 09:11 — Em Carreira

Veículo: G1	
Data: 29/06/21	



Tesouro Nacional anuncia que emitirá títulos da dívida externa

Objetivo é dar referência ao setor privado sobre taxas de juros cobradas em operações. Resultado da operação será divulgado no fim desta terça-feira.

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília

29/06/2021 09h45 Atualizado há 17 minutos

O Tesouro Nacional informou nesta terça-feira (29) que contratou instituições financeiras no exterior para a coordenarem a emissão de títulos da dívida externa brasileira com prazos de 10 anos (vencimento em 2031) e de 29 anos (vencimento em 2050).

A captação de recursos no mercado externo acontece em meio à crise causada pela pandemia da Covid, mas também em um momento aumento da procura de investidores estrangeiros por títulos brasileiros por conta do crescimento da economia e do processo de alta dos juros básicos da economia, a Selic.

O resultado da operação será divulgado no final da tarde desta terça. "O objetivo da operação é dar continuidade à estratégia do Tesouro Nacional de promover a liquidez da curva de juros soberana em dólar no mercado externo, provendo referência para o setor corporativo, e antecipar financiamento de vencimentos em moeda estrangeira", informou o órgão.

Captações externas

Os investidores que compram esses papéis da dívida pública pagam em dólar ou outras moedas, como euro, e até em reais. Na data do chamado resgate, eles recebem de volta o valor pago ao governo brasileiro.

Além disso, o Brasil pode pagar juros semestrais a esses investidores, dependendo do título. Outros papéis pagam juros só no resgate.

O lançamento de bônus no mercado externo funciona como um leilão: os investidores fazem suas propostas de taxa de juros e quantidade de títulos que desejam receber, e o Tesouro aceita ou não. As ofertas são feitas aos bancos contratados pelo Tesouro Nacional para liderar a operação.

As emissões de títulos da dívida externa também costumam ser mais baratas do que as emissões de papéis no mercado interno. Em maio deste ano, o custo médio da dívida interna foi de 5,5% ao ano. Já na última emissão de títulos da dívida externa, com prazo de dez anos, os juros pagos aos investidores somaram 4,5% ao ano. **Essa operação aconteceu em dezembro do ano passado.**

Veículo: G1	
Data: 28/06/21	



Dívida pública tem alta de 1,61% em maio e atinge R\$ 5,17 trilhões

Expectativa do Tesouro Nacional é de que a dívida continue a crescer nos próximos meses, e que termine o ano entre R\$ 5,5 trilhões e R\$ 5,8 trilhões.

Por Jéssica Sant'Ana, G1 — Brasília

28/06/2021 14h46 Atualizado há 19 horas

A dívida pública federal em títulos – que inclui os débitos do governo no Brasil e no exterior – registrou alta de 1,61% em maio e atingiu R\$ 5,170 trilhões, informou a Secretaria do Tesouro Nacional nesta segunda-feira (28). Em abril, a dívida somava R\$ 5,089 trilhões.

A dívida pública é emitida pelo Tesouro Nacional para financiar o déficit orçamentário do governo federal. Ou seja, são empréstimos feitos para pagar despesas que ficam acima da arrecadação com impostos e tributos.

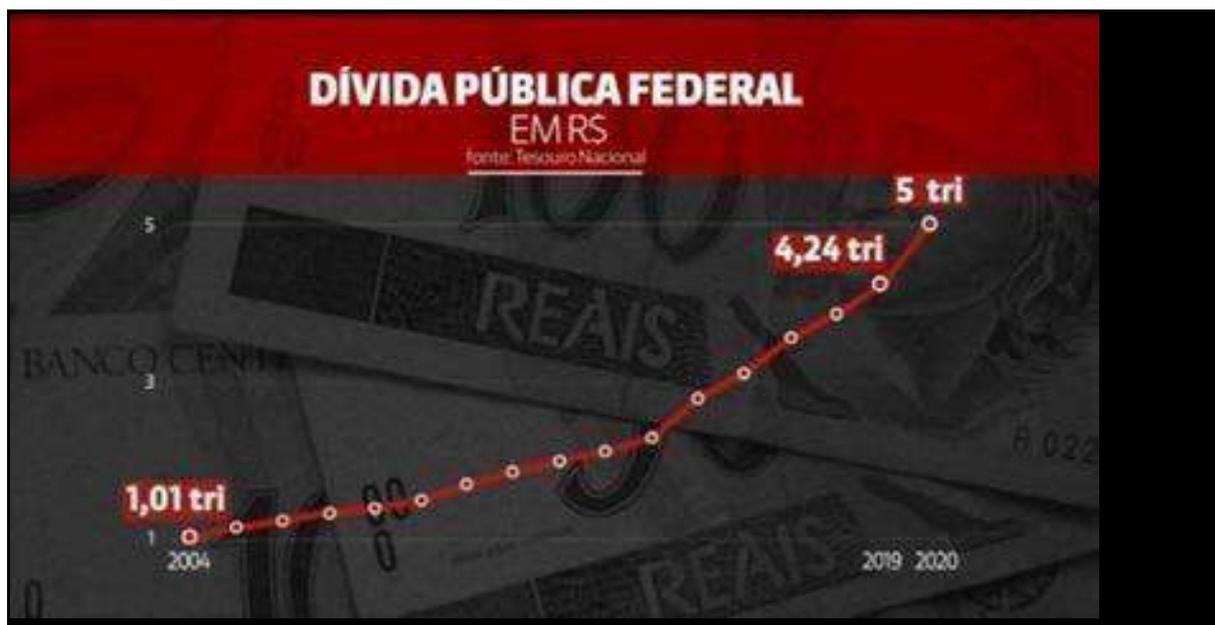
Em maio, as emissões somaram R\$ 156,8 bilhões, enquanto os resgates de títulos públicos alcançaram R\$ 98,8 bilhões. Deste modo, as emissões superaram os resgates em R\$ 58 bilhões no mês passado. Além disso, houve uma despesa com juros de R\$ 23,9 bilhões.

Projeção para 2021

A expectativa do Tesouro Nacional é de que a dívida pública continue a crescer nos próximos meses, e que **termine o ano entre R\$ 5,5 trilhões e R\$ 5,8 trilhões**.

O valor, porém, é menor do que o previsto no início do ano, quando o Tesouro projetava que a dívida pública poderia chegar a R\$ 5,9 trilhões.

Ao fim de 2020, a dívida pública federal **atingiu R\$ 5 trilhões**, impulsionada pelas despesas extras para combate à pandemia de Covid



Dívida pública ultrapassa R\$ 5 tri pela primeira vez na história

Detentores e custo médio

Segundo o Tesouro Nacional, os estrangeiros compraram R\$ 14,9 bilhões em títulos da dívida do governo em maio – principalmente, papéis com vencimento entre um e três anos.

Com isso, os estrangeiros passaram a ter 9,9% da dívida total, o equivalente a R\$ 120,5 bilhões.

Porém, as instituições financeiras seguem sendo o grupo com mais títulos da dívida interna emitidos pelo governo, com participação de 30%, o equivalente a R\$ 400,3 bilhões.

Em seguida, aparecem os fundos de investimentos (23,9%, R\$ 139 bilhões) e os fundos de Previdência (23,2%, R\$ 141,1 bilhões). Já o custo médio das emissões de títulos pública passou de 5,1% ao ano em abril para 5,5% ao ano em maio.



CBS, a antirreforma tributária

Que modelo de reforma queremos? Um ‘puxadinho’ ou uma real transformação?

Horácio Lafer Piva, Pedro Passos e Pedro Wongtschowski, O Estado de S.Paulo

26 de junho de 2021 | 03h00

A necessidade de reforma no sistema tributário brasileiro é ponto pacífico. Muito evoluímos no debate e na formulação de uma reforma de qualidade dos tributos sobre o consumo, para o desenvolvimento do País. Porém a discussão tem sido atropelada por necessidades imediatistas de incremento de arrecadação e tentação de soluções paliativas, que tendem a agravar ainda mais a confusão e a insegurança jurídica do sistema atual e a aumentar o custo Brasil.

Ao contrário de experiências internacionais bem-sucedidas, o País segue por um caminho ruim, apostando na fragmentação, ao estilo “cada um por si”.

Apenas uma reforma ampla atingirá os objetivos que devem nortear essa discussão: criar neutralidade, reduzir burocracia, promover simplicidade e previsibilidade e, finalmente, minimizar litigiosidade e insegurança jurídica para os contribuintes. A reforma deve adotar os princípios de não cumulatividade, unificação da base de incidência, tributação no destino, redução da regressividade, combate à sonegação, fim da guerra fiscal e desoneração do investimento e da exportação.

O Brasil está na 124.^a posição no ranking Doing Business, do Banco Mundial, e o critério de pagamento de tributos constitui o pior resultado: ocupamos a 184.^a posição, entre Congo e Guiné. Em horas gastas pelas empresas para pagamento de tributos estamos em último entre 190 países, com 1.501 horas anuais – quase cinco vezes acima da média da América Latina e dez vezes superior à média da OCDE. Isso é decorrência

da complexidade do sistema e de constantes alterações nas normas, muitas consideradas inconstitucionais. Segundo estudo do Núcleo de Tributação do Insper, em 2019 o contencioso tributário alcançou R\$ 5,4 trilhões, o equivalente a 75% do produto interno bruto (PIB).

Não é à toa que se defende a reforma do sistema tributário. Reforma tem como significado mutação, modificação, metamorfose, transformação. Como antítese, a continuidade, a persistência e a manutenção. Sistema, por sua vez, remete a um conjunto de elementos interligados, um “combo”, composto, complexo e agrupado, tal como é o nosso o sistema tributário. Daí a crença, apoiada em vários estudos técnicos, de que a reforma deve ser sistêmica, e não de um tributo apenas.

Admitir a possibilidade de uma reforma não integrada, fatiada ou faseada, é admitir uma antirreforma. Isso apenas complicaria, causaria mais obrigações, exigiria mais investimentos em sistemas para as novas regras, com mais controvérsias, quando precisamos de estabilidade, soluções duradouras e segurança para vencer a crise socioeconômica e de saúde.

Esse parece ser o caso da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), de autoria do governo federal, que visa a substituir as contribuições de PIS e Cofins e vem sendo tratada como um possível primeiro bloco da reforma tributária.

Vista isoladamente, essa nova contribuição representa nada mais que um aumento de carga tributária, com novos custos de adequação para empresas e novas discussões no Judiciário, além de do grande potencial de impacto no preço de bens e serviços, ampliando distorções econômicas e acentuando desigualdades. Exatamente como ocorreu nas “reformas” anteriores de PIS e Cofins.

Inicialmente, o governo anunciou uma única alíquota de 12%, com aumento da carga tributária para diversos setores. Mas já agora parece considerar diferentes alíquotas setoriais, o que nos permite antever uma nova “colcha de retalhos”. Em troca do quê? O que ganham contribuintes e cidadãos com a CBS, se esta não vier acompanhada de uma alteração estrutural do sistema?

Em contrapartida, são evidentes as enormes vantagens diretas e consequências positivas de uma reforma tributária ampla. De acordo com o Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), uma reforma ampla poderá aumentar o PIB em 33% ao longo de 15 anos. O CCiF aponta também o potencial de aumento de 25% no volume de investimentos privados e de 16,9% na renda média domiciliar da população.

Ao analisar os efeitos das PECs 45 e 110 para Estados e municípios, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) concluiu que 80% dos municípios terão mais recursos para investir em políticas públicas, e as disparidades regionais na arrecadação de ISS e ICMS cairiam de exorbitantes 270 vezes para seis vezes. Além dos impactos diretos de simplificação e racionalização do sistema, a reforma tributária ampla destrava o potencial de crescimento econômico associado à redução de desigualdades sociais e regionais.

A mudança que precisamos não pode ser feita de forma obtusa, pois os efeitos adversos podem ser piores do que o sistema atual e difíceis de reverter. É como prescrever medicação para tratar apenas um sintoma de uma doença sistêmica. Os efeitos colaterais podem ser mais prejudiciais do que a doença de base.

É chegado o momento de o paciente, o Brasil como um todo, exercer seus direitos e exigir um debate aberto das propostas, e não à margem de negociações políticas de viés arrecadatório e individualista. Qual modelo de reforma queremos? Um “puxadinho” ou uma verdadeira transformação?